



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA ASSENTAMENTO ITAQUIRAÍ ITAQUIRAÍ /MS

CAMPO GRANDE, MS, ABRIL DE 2026



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RELATÓRIO TÉCNICO FINAL

PROJETO DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA ASSENTAMENTO ITAQUIRAÍ ITAQUIRAÍ /MS

Relatório técnico final
Aspectos Socioeconômicos
após a etapa de regularização
fundiária/titulação no
Assentamento Itaquiraí,
Itaquiraí, MS.



CAMPO GRANDE, MS, ABRIL DE 2026

Projeto de Extensão

"Desenvolvimento de processos inovadores de supervisão ocupacional com o ímpeto de promover ações necessárias à titulação em projetos de assentamento federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul".

Parceria

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura - FAPEC.

Equipe Executora do Projeto

Fernando Lopes Nogueira - Advogado, professor do Curso de Direito - Coordenador Jurídico FADIR/UFMS

Tchoya Gardenal Fina do Nascimento - Advogada, professora do Curso de Direito - Coordenadora Geral FADIR/UFMS

Christiane M. Pitaluga - Economista, professora do Curso de Administração - Apoio Técnico à coordenação ESAN/UFMS

Leonardo Francisco F. Neto - Engenheiro Agrônomo, professor do Curso de Ciências Econômicas - Apoio Técnico à coordenação ESAN/UFMS

Loacir Silva - Médico Veterinário, professor do Curso de Medicina Veterinária - Apoio Técnico à coordenação FAMEZ/UFMS

Sandro Fabian Francilio Dornelles - Técnico-Administrativo em Educação - Coordenador Técnico FADIR/UFMS

Devanildo Braz da Silva - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS

Ludmar de Barros - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS

André Luis Kiyoshi Shimabukuro - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação FADIR/UFMS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Marcio de Aquino - Técnico-Administrativo em Educação - Apoio Técnico à coordenação PROADI/UFMS

Douglas Junior F. de Queiróz - Bolsista do Curso de Engenharia de Produção FAENG/UFMS

Filipe C. Braga - Bolsista do Curso de Direito FADIR/UFMS

Joan Lucas O. Silva - Bolsista do Curso de Medicina FAMED/UFMS

Evelyn T. Siqueira - Bolsista do Curso de Engenharia de Produção FAENG/UFMS

Gabriela R. Q. Pereira - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS

Isabella C. Oliveira Souza - Bolsista do Curso de Direito FADIR/UFMS

Lucas C. da Silva - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS

Thislaynne Auxiliadora Pinto - Bolsista do Curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS



Índice

1. Introdução	6
2. Metodologia	11
3. Resultados	15
4. Considerações Finais	65



1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada com beneficiários da reforma agrária do Assentamento Itaquiraí, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, que receberam a titulação da terra. O estudo teve como objetivo identificar as mudanças ocorridas nas condições de vida, produção, renda e organização social das famílias após o processo de regularização fundiária.

A pesquisa buscou compreender os impactos sociais, econômicos, produtivos e ambientais da titulação, analisando de que forma a segurança jurídica da posse influenciou o acesso a crédito rural, assistência técnica, infraestrutura, canais de comercialização e melhorias na qualidade de vida dos assentados.

No contexto da reforma agrária, a titulação da terra representa um marco fundamental, pois confere ao beneficiário maior segurança jurídica sobre sua propriedade e fortalece sua capacidade de planejar o uso da terra em longo prazo. No entanto, a regularização fundiária, por si só, não garante a prosperidade das famílias assentadas. Para que produza efeitos concretos sobre o desenvolvimento rural, deve estar articulada a políticas públicas contínuas, como assistência técnica, acesso ao crédito, apoio à comercialização, investimentos em infraestrutura, proteção ambiental e inclusão produtiva.

Nesse sentido, o estudo parte do entendimento de que a titulação deve ser analisada não apenas como um ato jurídico-administrativo, mas como uma política pública capaz de influenciar diferentes dimensões da vida no campo. Ao legitimar o direito à terra, a regularização pode ampliar as possibilidades de acesso a programas governamentais, fortalecer a autonomia das famílias e estimular investimentos produtivos e patrimoniais nos lotes.

A investigação também considerou as percepções dos próprios assentados sobre os efeitos da titulação em sua autonomia, autoestima, segurança, capacidade produtiva e planejamento familiar. Essa dimensão subjetiva é fundamental para compreender se a entrega do título se traduziu, de fato, em maior estabilidade, permanência no campo e melhoria das condições de vida.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Ao avaliar a experiência do Assentamento Itaquiraí, este relatório contribui para o debate sobre os limites e as potencialidades da titulação como instrumento de desenvolvimento rural. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem integrada, capaz de articular regularização fundiária, fomento produtivo, inclusão financeira, assistência técnica, sustentabilidade ambiental e fortalecimento social das famílias assentadas.

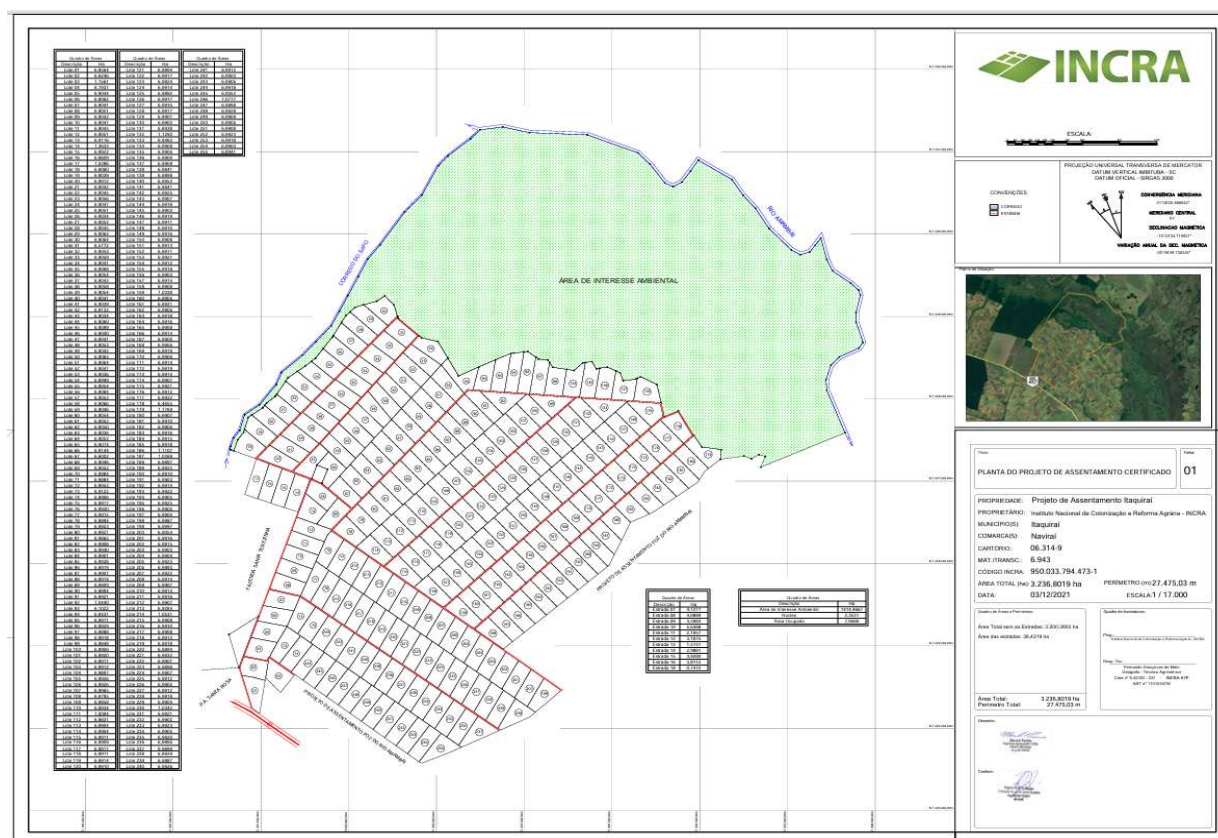
Destaca-se que a pesquisa é fruto de um Termo de Execução Descentralizada celebrado entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. O referido termo tem como objeto o estabelecimento de cooperação técnica por meio de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e realização de serviços voltados ao desenvolvimento de processos inovadores de supervisão ocupacional, georreferenciamento, certificação no SIGEF dos lotes e perímetros, bem como ações necessárias à titulação em Projetos de Assentamento Federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado de Mato Grosso do Sul.



Quadro 1: Dados gerais do Assentamento Estrela Jaraguari

Código do Projeto MS0206000	Ato de Criação:
Nome do Projeto PA Itaquirai	Tipo 1
Município Sede Itaquirai	Nº 14
	Data 17/07/2007
Área (ha) 3.236,8019	Obtenção
Nº de famílias (capac.) 204	Forma Compra e venda
Famílias Assentadas 254	Data 12/04/2007
	Fase 3 – Assentamento criado

Mapa 1: Localização Geográfica Assentamento Conquista



Fonte: INCRA¹

¹ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Relatório n. 227. Brasília: INCRA, Coordenação-Geral de Criação de Assentamentos e Seleção de Famílias, 03 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.



1.1. Objetivos da Pesquisa de Campo

Avaliar os impactos socioeconômicos, produtivos e ambientais da regularização fundiária no Assentamento Itaquiraí, analisando de que forma a titulação da terra influenciou as condições de vida, a geração de renda, o acesso a políticas públicas, a dinâmica produtiva e a adoção de práticas sustentáveis pelas famílias beneficiárias da reforma agrária.

1.2. Objetivos Específicos

Regularização Fundiária e Segurança Jurídica

Diagnosticar o status ocupacional e o estágio administrativo de regularização dos lotes, verificando o cumprimento das obrigações legais, como registro, quitação de encargos e liberação de cláusulas, bem como a percepção dos assentados quanto à estabilidade da posse após a titulação.

Perfil das famílias, protagonismo feminino e desafios geracionais

Caracterizar o perfil sociodemográfico das famílias assentadas, analisando sua composição, estrutura etária, situação ocupacional, participação das mulheres nos processos de produção, gestão, agregação de valor e comercialização, além dos desafios relacionados ao envelhecimento populacional e à sucessão familiar no campo.

Renda, Produção, Comercialização e Infraestrutura Patrimonial

Diagnosticar o perfil das atividades produtivas, as fontes de rendimento e os canais de comercialização acessados pelas famílias, verificando se a autonomia sobre a terra contribuiu para a diversificação produtiva, o incremento financeiro, a realização de benfeitorias e a aquisição de máquinas, equipamentos e outros ativos produtivos.

Crédito, Financiamento e Assistência Técnica (ATER)

Investigar o papel da titulação como instrumento de inclusão financeira, identificando o acesso ao crédito rural, as modalidades de financiamento utilizadas, as principais barreiras à bancarização e a efetividade da assistência técnica e extensão rural como suporte à produção, à gestão e ao desenvolvimento das unidades familiares.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Redes de Cooperação, Sustentabilidade e Tecnologias

Analisar a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, o uso de insumos, a participação em redes de cooperação, associações ou formas coletivas de organização, o acesso a capacitações e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação como estratégia de modernização da comercialização e aproximação com os consumidores.

Condições de moradia, Saneamento e Padrão de Consumo

Mapear as condições de habitabilidade e saneamento básico nos lotes, identificando a qualidade das moradias, o acesso à água, as instalações sanitárias, as melhorias habitacionais realizadas e as mudanças no padrão de consumo de alimentos, bens e serviços essenciais após a titulação da terra.



2. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de campo de natureza exploratório-descritiva, com abordagem mista, quantitativa e qualitativa, voltada à análise do perfil socioeconômico e produtivo das famílias do Projeto de Assentamento Itaquiraí, localizado no estado de Mato Grosso do Sul.

O delineamento metodológico foi estruturado com o objetivo de diagnosticar as condições de vida e as dinâmicas produtivas dos assentados, considerando aspectos relacionados à produção, à comercialização, ao acesso a políticas públicas, à infraestrutura local e às mudanças ocorridas após a titulação da terra.

Em consonância com os objetivos da investigação, optou-se pela realização de um levantamento de campo do tipo *survey* exploratório-descritivo, fundamentado na abordagem de Forza (2002). Esse procedimento metodológico baseia-se na coleta de dados primários junto à população-alvo, por meio da aplicação de questionário estruturado, composto por questões objetivas e abertas, direcionado aos representantes das unidades familiares tituladas.

O instrumento de coleta foi elaborado para diagnosticar, de forma sistemática, os sistemas produtivos, o acesso ao crédito rural, as estratégias de comercialização, a adoção de práticas sustentáveis, as condições de moradia e saneamento, bem como as transformações nos padrões de consumo e na qualidade de vida das famílias. Dessa forma, a pesquisa buscou construir um diagnóstico multidimensional da realidade do assentamento, permitindo compreender os efeitos da regularização fundiária em diferentes dimensões da vida social, produtiva e econômica dos beneficiários.

A população da pesquisa foi composta por produtores rurais do Assentamento que receberam a titulação da terra. Segundo dados do INCRA, havia 151 produtores rurais titulados no assentamento em 2022.

O cálculo do tamanho da amostra considerou as especificidades do assentamento, especialmente por se tratar de uma população finita e por haver limitações operacionais relacionadas ao tempo, ao deslocamento e ao acesso aos



participantes. Para tanto, adotou-se margem de erro de 10%, nível de confiança de 95% e proporção conservadora de 50% ($p = 0,5$), conforme recomendado para estudos exploratórios ou quando não há informações prévias sobre a variabilidade do fenômeno investigado (Creswell, 2014).

A adoção da margem de erro de 10% buscou equilibrar rigor estatístico e viabilidade operacional, sobretudo por se tratar de uma pesquisa de campo em contexto rural, com restrições de acesso e disponibilidade dos respondentes (Saunders *et al.*, 2019). A partir desse procedimento, chegou-se a uma amostra de 61 instrumentos aplicados. A coleta de dados ocorreu em dois momentos: 19 de outubro de 2024 e 8 de março de 2025.

2.1 Universo e amostra

O universo da pesquisa compreendeu as famílias assentadas do Projeto de Assentamento que receberam a titulação da terra.

A amostra foi composta por beneficiários selecionados de forma intencional, considerando critérios como diversidade de perfil socioeconômico, localização no assentamento, tempo de residência e disponibilidade para participação na pesquisa. Essa estratégia permitiu captar diferentes realidades presentes no território, contribuindo para uma leitura mais abrangente das condições de vida e produção das famílias tituladas.

2.2 Instrumentos de coleta

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários estruturados, compostos por perguntas fechadas e abertas. O instrumento foi organizado em blocos temáticos correspondentes aos objetivos específicos da pesquisa, permitindo levantar informações sobre regularização fundiária, perfil familiar, produção, renda, comercialização, crédito rural, assistência técnica, sustentabilidade, cooperação, tecnologias de informação, moradia, saneamento e padrão de consumo.



As entrevistas foram realizadas presencialmente por equipe de campo previamente orientada, assegurando o sigilo das informações, o respeito aos participantes e o consentimento dos entrevistados.

2.3 Eixos temáticos investigados

A análise dos resultados foi organizada em seis eixos temáticos integrados, definidos a partir dos objetivos específicos da pesquisa. Essa estrutura permitiu uma compreensão multidimensional dos impactos da titulação da terra sobre as famílias assentadas.

O questionário utilizado foi elaborado com base em modelos empregados em pesquisas anteriores sobre assentamentos rurais (Silva *et al.*, 2023; Oliveira *et al.*, 2022), contemplando os seguintes eixos:

- I. Regularização fundiária e segurança jurídica:** diagnóstico do estágio administrativo dos lotes e da percepção das famílias quanto à estabilidade proporcionada pela posse titulada.
- II. Estrutura social, protagonismo feminino e desafios geracionais:** análise da composição familiar, da estrutura etária, da participação das mulheres nas atividades produtivas e comerciais e dos desafios relacionados ao envelhecimento populacional e à sucessão familiar.
- III. Renda, produção, comercialização e infraestrutura patrimonial:** avaliação das fontes de renda, das atividades produtivas, dos canais de comercialização e da capacidade de reinvestimento das famílias em benfeitorias, máquinas, equipamentos e melhorias patrimoniais.
- IV. Inclusão financeira e fortalecimento técnico - ATER:** investigação do acesso ao crédito rural, das modalidades de financiamento utilizadas, dos entraves à bancarização e da efetividade da assistência técnica e extensão rural como suporte à produção.
- V. Sustentabilidade, cooperação e tecnologias de informação:** exame das práticas agroecológicas, do uso de insumos, das redes de cooperação, da



participação em capacitações e da utilização de tecnologias de informação e comunicação nas estratégias de comercialização.

VI. Qualidade de vida, habitat, saneamento e padrão de consumo: mapeamento das condições físicas de moradia, do acesso à água e ao saneamento básico, bem como das mudanças no consumo de bens, alimentos e serviços essenciais após a titulação.

2.4 Tratamento dos dados

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas e tratados por meio de estatística descritiva, com utilização de frequências absolutas e relativas. Também foram elaboradas representações gráficas e tabelas, com o objetivo de facilitar a visualização dos principais resultados e apoiar a análise comparativa entre os diferentes eixos investigados.

A opção pela abordagem quantitativa, complementada por elementos qualitativos obtidos nas respostas abertas e observações de campo, buscou garantir maior objetividade, comparabilidade e profundidade interpretativa. Dessa forma, os resultados fornecem uma base empírica consistente para orientar políticas públicas mais adequadas à realidade local e contribuir para o debate sobre os efeitos da titulação no contexto da reforma agrária brasileira.



3. RESULTADOS

No contexto da economia rural brasileira, a agricultura familiar ocupa posição estratégica. Sua importância vai além da geração de ocupações no campo: ela se consolida como base da produção de alimentos, da segurança alimentar e da permanência de famílias em territórios rurais. Ao mesmo tempo, esse segmento convive com desafios persistentes de ordem econômica, estrutural, política, ambiental e institucional (Sabourin *et al.*, 2025), que limitam seu pleno desenvolvimento e exigem políticas públicas articuladas.

Diante dessa realidade, as iniciativas recentes de regularização fundiária e titulação de lotes em projetos de assentamento assumem papel central. A atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com universidades federais, tem buscado acelerar etapas administrativas, qualificar diagnósticos territoriais e compreender os efeitos da titulação sobre a vida das famílias assentadas (Pitaluga; Figueredo, 2025).

Inserida nesta conjuntura, a presente seção detalha os resultados da pesquisa realizada. O conjunto de dados obtidos oferece uma compreensão aprofundada sobre como a segurança jurídica da terra impacta a organização socioeconômica e as estratégias de permanência das famílias no campo - estratégias estas fundamentadas na inclusão produtiva, na geração de renda e na soberania alimentar.

Os dados analisados permitem compreender que a titulação produziu efeitos simbólicos e práticos importantes. Fornecendo fundamentais para a formulação de estratégias e políticas públicas mais eficazes e aderentes à realidade local. Ao alinhar a teoria à prática dos assentamentos, o estudo contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização do trabalho rural e a efetivação do papel social da terra.

3.1 Regularização Fundiária e Segurança Jurídica

Este eixo examina o estágio de regularização documental dos lotes e a percepção das famílias quanto à segurança jurídica após a titulação. Mais do que



registrar etapas burocráticas, a análise busca compreender em que medida o título alterou a relação dos assentados com a terra, influenciando sua confiança, seu planejamento produtivo e sua disposição para investir no lote.

A titulação das terras representa um marco importante para a autonomia das famílias assentadas. Ela fortalece o sentimento de pertencimento, reduz incertezas sobre a permanência no território e cria condições para que o lote seja percebido como patrimônio familiar. No entanto, os dados mostram que a conclusão definitiva do processo ainda enfrenta obstáculos, especialmente ligados à quitação de débitos, à emissão ou pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), à liberação de cláusulas resolutivas e à escrituração final dos lotes (Tabela 1).

O cenário documental revela diferentes estágios de regularização. Parte expressiva dos beneficiários ainda se encontra em fases iniciais, com registro em cartório e pendências financeiras. Outros avançaram para etapas intermediárias, com pagamento integral ou parcelado da GRU. Um grupo menor alcançou estágio mais avançado, com liberação da cláusula resolutiva, enquanto apenas uma parcela reduzida chegou à consolidação plena, com lote totalmente escriturado

Curiosamente, o impacto psicológico da titulação parece preceder a regularização burocrática integral. Quando questionados sobre a segurança jurídica, a percepção da maioria absoluta foi amplamente positiva: 79% dos assentados afirmaram que a obtenção do documento trouxe um sentimento renovado de confiança e estabilidade

Tabela 1: Etapas do processo de regularização fundiária e segurança jurídica

	Etapas do processo	%
Status Documental	Fase Inicial: Registro em cartório e pendências de	57,4
	Fase Intermediária: GRU paga (integral ou parcelada)	18,0
	Fase Avançada: Liberação de cláusula resolutiva	19,7
	Consolidação: Lote totalmente escriturado	4,9
Sentimento de segurança jurídica	Seguros após a titulação	78,6
	Inseguros	0,0
	Neutralidade (sem alteração na segurança)	21,0

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



Apesar das pendências administrativas, a percepção subjetiva das famílias é amplamente positiva. A maioria declarou sentir-se mais segura após a titulação, e nenhum participante informou sentir insegurança em relação à posse. Esse resultado é relevante porque demonstra que o título possui valor simbólico imediato: mesmo quando o processo cartorial ainda não está integralmente concluído, ele funciona como sinal concreto de reconhecimento institucional e de estabilidade territorial.

Ao mesmo tempo, a permanência de famílias em situação documental incompleta indica que a regularização fundiária deve ser acompanhada por orientação jurídica, apoio administrativo e mecanismos de facilitação financeira. Sem esse acompanhamento, o título pode produzir segurança subjetiva, mas não necessariamente garantir o usufruto pleno da propriedade. Assim, a segurança jurídica deve ser entendida como processo contínuo, e não apenas como ato formal de entrega documental.

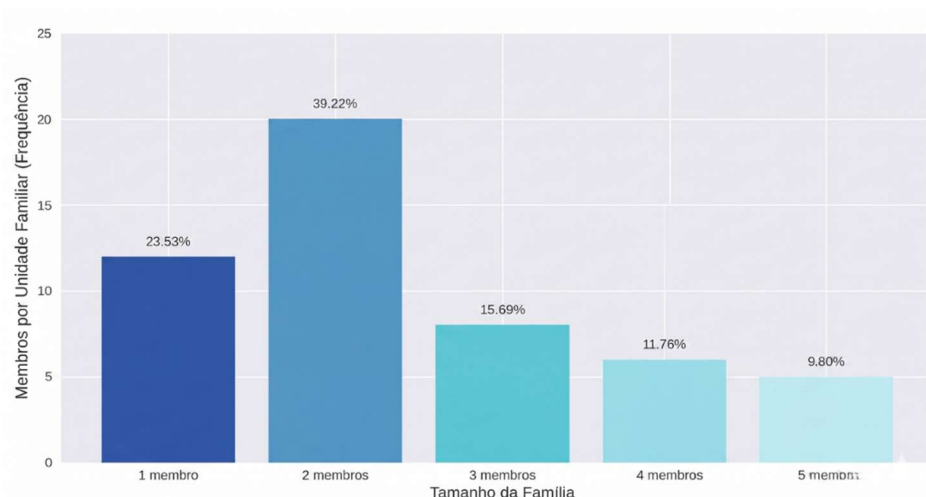
3.2 Estrutura social, protagonismo feminino e desafios geracionais

Este eixo analisa a composição das famílias, a distribuição etária, a participação das mulheres e os desafios geracionais que condicionam a permanência no campo. Os dados revelam uma estrutura familiar reduzida, com predominância de núcleos pequenos e população em fase madura, o que traz implicações diretas para a força de trabalho disponível, a sucessão familiar e a continuidade das atividades produtivas.

A pesquisa abrangeu 61 famílias, totalizando 125 pessoas, com média de 2,04 membros por unidade familiar (Figura 1). Esse dado evidencia um padrão de núcleos familiares compactos, distanciando-se da imagem tradicional de famílias rurais numerosas. Mais de 62% das unidades são compostas por apenas um ou dois moradores, o que reduz a disponibilidade de mão de obra familiar e pode limitar a capacidade de expansão produtiva, sobretudo em atividades que exigem esforço físico intenso.



Figura 1: Número de membros por unidade familiar



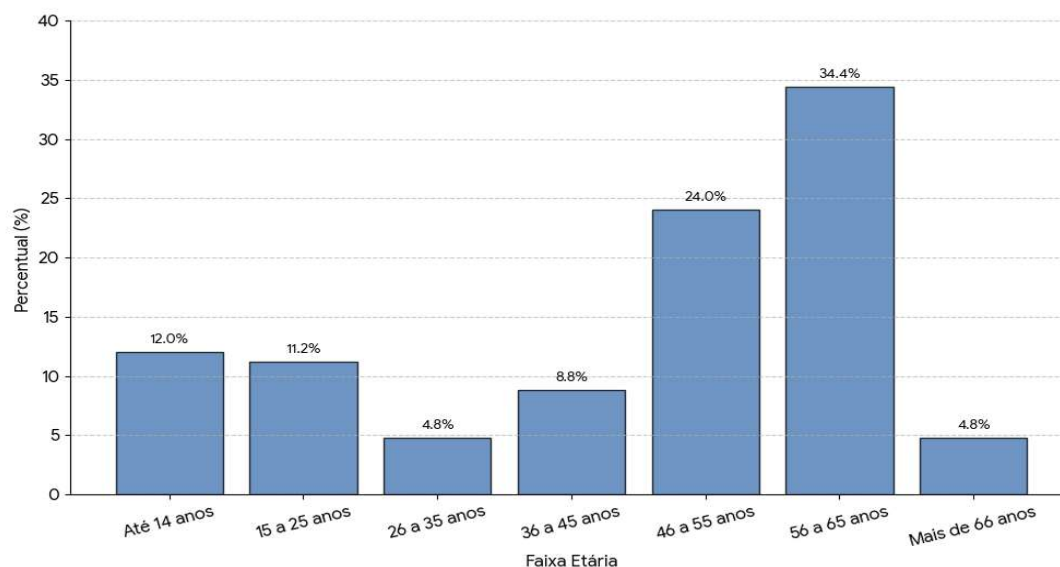
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A análise da densidade demográfica nas unidades produtivas revela um cenário de núcleos familiares compactos. Conforme ilustrado, o tamanho de família predominante no assentamento é de 2 membros, representando 39,2% do total. Somadas às famílias unipessoais (23,5%), observamos que mais de 62% das unidades produtivas operam com até dois moradores, um dado relevante para o planejamento da força de trabalho disponível e para as demandas de infraestrutura social básica.

A distribuição etária confirma o processo de envelhecimento da população assentada. A faixa de 56 a 65 anos concentra 34,4% dos moradores, seguida pela faixa de 46 a 55 anos, com 24%. Somadas, essas duas faixas representam quase 60% da população pesquisada, indicando que a força de trabalho do assentamento se encontra majoritariamente em idade madura. A presença reduzida de jovens adultos, especialmente entre 26 e 35 anos, acende alerta para a sucessão familiar e para a permanência das novas gerações no campo (Figura 2).



Figura 2: Distribuição etária



i

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O envelhecimento populacional impõe demandas específicas ao assentamento. Além de afetar a capacidade física para o trabalho agrícola, pressiona serviços sociais, de saúde e assistência. Também amplia a necessidade de políticas voltadas à sucessão rural, capacitação de jovens, mecanização apropriada e alternativas produtivas compatíveis com famílias menores e mão de obra mais envelhecida.

Quanto à composição por sexo, a amostra apresenta distribuição equilibrada: 50,4% de mulheres e 49,6% de homens. Esse equilíbrio numérico, entretanto, não é apenas demográfico. Ele revela uma mudança qualitativa nas relações de trabalho e gestão dentro dos lotes. Quase metade das famílias percebeu ampliação do protagonismo feminino na unidade produtiva, especialmente em atividades de produção, processamento, agregação de valor e comercialização. Historicamente invisibilizada ou restrita ao âmbito doméstico, a atuação feminina tem passado por uma reconfiguração: quase metade das famílias (48%) confirmou uma mudança perceptível no papel desempenhado pelas mulheres (Tabela 2).



Tabela 2: Mudança no papel desempenhado pelas mulheres na unidade produtiva

Percepção de Mudança	(%)
Sim (protagonismo em expansão)	48%
Não	25%
Não souberam responder	27%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Esses dados reforçam a importância de compreender a reforma agrária como espaço de reorganização social, e não apenas como política de acesso à terra. As mulheres vêm ampliando sua participação em atividades historicamente centralizadas nos homens, assumindo maior presença na gestão doméstica, na produção, no processamento artesanal e na comercialização direta. Esse movimento contribui para a autonomia econômica feminina e para a diversificação da renda familiar (Schling; Pazos, 2024)

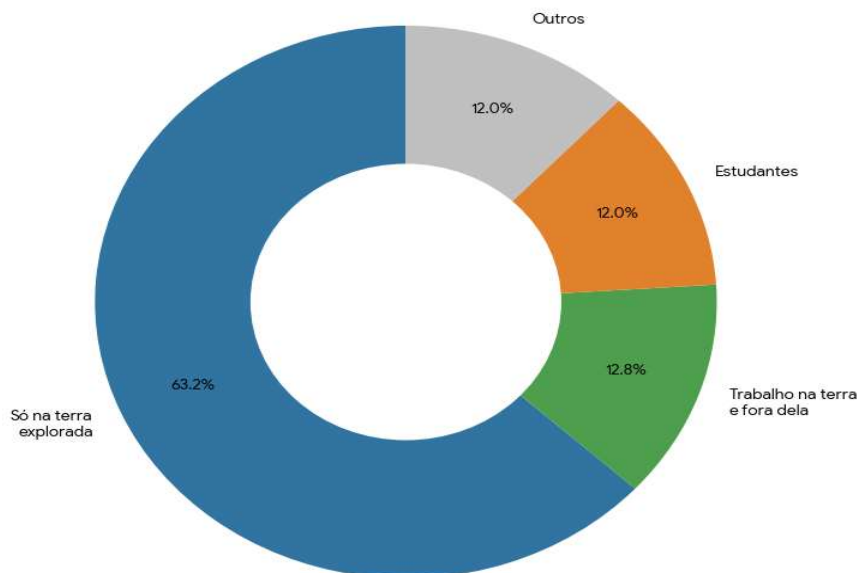
Por outro lado, o fato de 25% das famílias não identificarem mudanças indica que modelos tradicionais de divisão do trabalho ainda persistem. A emancipação feminina no campo, portanto, é um processo em curso: já apresenta sinais consistentes de avanço, mas ainda convive com desigualdades estruturais, sobrecarga de trabalho e diferentes níveis de reconhecimento social.

3.2.1. Situação Ocupacional

A situação ocupacional dos moradores revela a centralidade da atividade agrícola na vida do assentamento. A maioria dos membros está dedicada ao trabalho dentro dos limites do lote, demonstrando que a terra segue sendo a principal base de reprodução social e econômica das famílias (Figura 3).



Figura 3: Situação ocupacional



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A dedicação integral à agricultura, observada em 63% dos membros, confirma a vocação produtiva do assentamento e sua função como política de fixação das famílias no campo. A pluriatividade, embora minoritária, aparece como estratégia relevante de resiliência econômica. Famílias que combinam trabalho no lote com atividades externas tendem a buscar complementação de renda e maior estabilidade financeira, reduzindo a dependência exclusiva dos ciclos agrícolas (Jesus; Bacha, 2018).

A presença de estudantes, correspondente a 12% da amostra, também merece destaque. Esse dado sinaliza a permanência de jovens no território e a valorização da escolarização. Contudo, para que essa juventude se converta em sucessão rural efetiva, é necessário que o assentamento ofereça perspectivas de renda, conectividade, formação técnica e inserção produtiva.

Em síntese, o perfil ocupacional revela um assentamento fortemente agrícola, com famílias pequenas, força de trabalho envelhecida e dependência significativa da produção primária. Esse conjunto de características exige políticas públicas voltadas



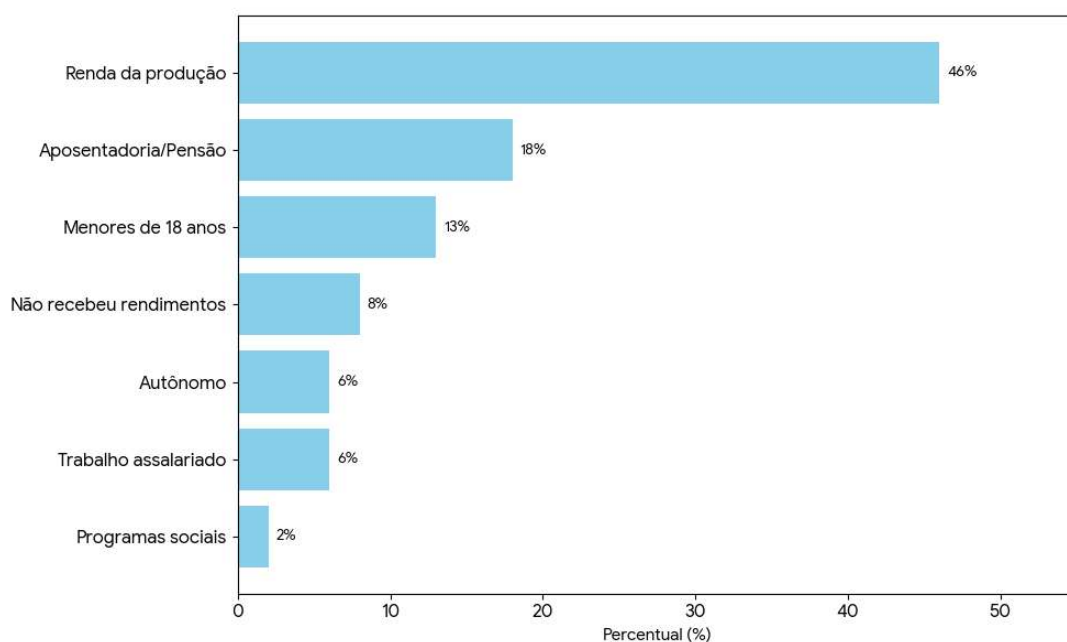
à mecanização acessível, assistência técnica continuada, capacitação e criação de oportunidades para jovens e mulheres.

3.3 Renda, produção, comercialização e infraestrutura patrimonial:

Este eixo avalia o vigor econômico das unidades produtivas e a capacidade das famílias de transformar a segurança jurídica da terra em geração de renda, investimento patrimonial e inserção nos mercados. A análise considera as fontes de renda, a exploração da área regularizada, a diversificação produtiva, os equipamentos adquiridos, as benfeitorias existentes e os canais de comercialização.

A produção no próprio lote é a principal fonte de renda para 46% dos membros, confirmando a centralidade econômica da terra. A aposentadoria ou pensão aparece como a segunda fonte mais relevante, com 18%, o que é coerente com o perfil etário envelhecido da população. Esses benefícios previdenciários cumprem papel estratégico na estabilização financeira das famílias, muitas vezes funcionando como renda de suporte para a manutenção das atividades produtivas (Figura 4).

Figura 4: Principais fontes de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2025)



A inserção no trabalho assalariado é baixa, citada por apenas 6% da população, enquanto 8% declararam não ter recebido rendimentos no período. Esse último grupo indica situação de dependência intrafamiliar ou maior vulnerabilidade socioeconômica. A presença de rendimentos associados a menores de 18 anos, registrada em 13%, deve ser analisada com cautela, pois pode estar relacionada a programas de transferência de renda ou a outras formas de composição familiar. A relação entre titulação e renda mostrou-se complexa. A maioria das famílias declarou não ter percebido melhoria significativa na renda após a obtenção do título.

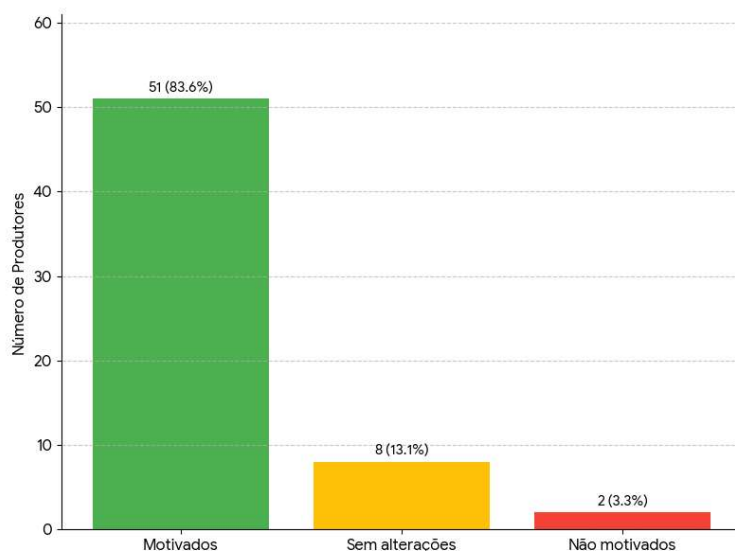
Esse resultado demonstra que a segurança jurídica é condição necessária, mas não suficiente, para gerar desenvolvimento econômico. Sem crédito, assistência técnica, infraestrutura, mecanização e canais de comercialização mais rentáveis, o título tende a produzir estabilidade, mas não necessariamente crescimento financeiro imediato.

3.3.1 Produção

A titulação teve efeito positivo sobre a motivação para produzir. A maioria dos assentados declarou sentir-se mais estimulada a ampliar ou fortalecer sua atividade produtiva após a regularização da terra. Esse resultado indica que a segurança jurídica altera o horizonte de planejamento dos agricultores, favorecendo decisões de médio e longo prazo (Figura 5).



Figura 5: Percepção dos produtores sobre a motivação para produzir



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A motivação, entretanto, não se converte automaticamente em expansão produtiva. Embora 83,6% dos produtores tenham informado maior disposição para produzir, parte expressiva das famílias ainda enfrenta limitações concretas, como falta de capital, escassez de mão de obra, baixa mecanização e dificuldades de acesso a crédito.

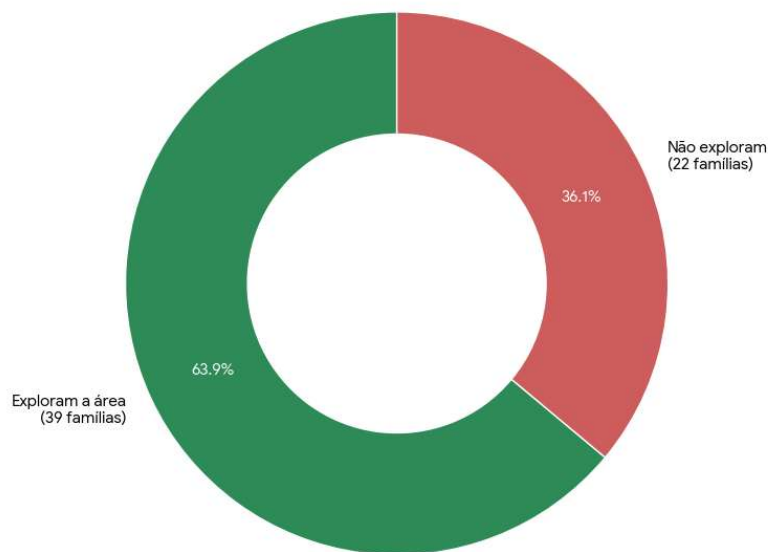
A exploração da área regularizada também revela contrastes. A maioria das famílias mantém a terra ativa, utilizando o lote para cultivo ou criação de animais. Esse dado confirma o cumprimento da função social da terra e demonstra que, para esse grupo, o lote é meio de reprodução social e econômica. Contudo, 22 famílias informaram não ter explorado a área regularizada no período pesquisado, o que representa mais de um terço da amostra (Figura 6).

Os dados demonstram que a maioria dos assentados titulados, composta por 39 famílias, mantém a terra ativa, cumprindo sua função social por meio do cultivo ou da criação de animais. Este grupo representa o alicerce produtivo do assentamento, tendo superado as barreiras iniciais para estabelecer uma rotina de trabalho



consolidada. Para essas famílias, a posse da terra é, de fato, o meio principal de reprodução social e econômica (figura 6).

Figura 6: Exploração da área regularizada



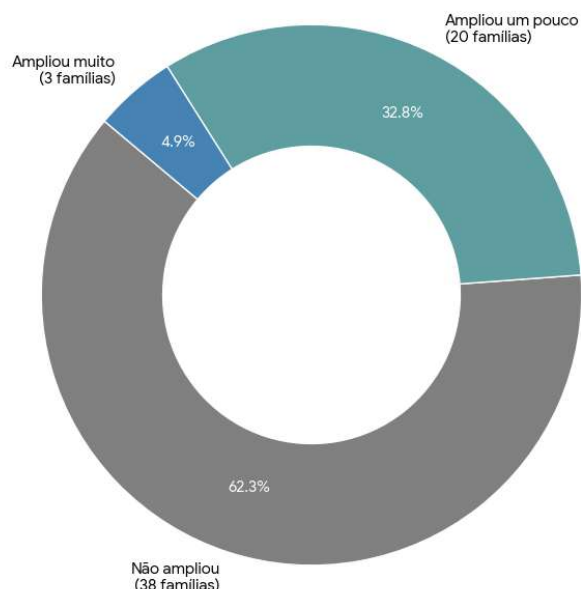
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A não exploração da terra pode estar relacionada ao envelhecimento dos moradores, à falta de capital, à ausência de assistência técnica, à baixa disponibilidade de máquinas ou a estratégias familiares centradas na moradia. Esse dado merece atenção, pois indica que a posse, embora juridicamente consolidada, nem sempre se converte em atividade produtiva efetiva.

A ampliação da área produtiva foi limitada. A maioria das famílias manteve a mesma área de cultivo, sem expansão relevante. Vinte famílias registraram aumento moderado, enquanto apenas três informaram ampliação significativa. Esse resultado reforça a existência de barreiras estruturais à expansão, especialmente ligadas ao acesso a crédito, mecanização e força de trabalho (Figura 7).



Figura 7: Ampliação da área produtiva



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A diversificação produtiva também ocorreu de forma restrita. A estratégia predominante entre os produtores ativos foi a manutenção de cultivos e criações já conhecidos, sem introdução de novas atividades. Esse comportamento revela prudência e aversão ao risco, sobretudo em famílias com baixo capital disponível. Ainda assim, 14 famílias iniciaram novos cultivos ou criações, representando um vetor importante de inovação e resiliência produtiva.

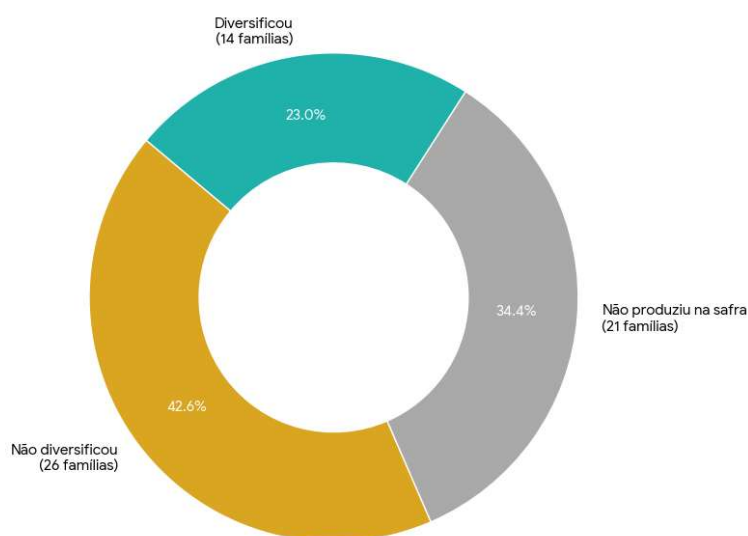
Teoricamente, a titulação da terra atua como um catalisador para a inovação no campo. Contudo, a transição para sistemas produtivos mais complexos e diversificados depende de variáveis que extrapolam a segurança jurídica, como a oferta de mão de obra e o suporte técnico contínuo (Nascimento *et al.*, 2020). No período analisado, observou-se uma clara heterogeneidade nas estratégias adotadas pelas famílias

A estratégia predominante entre os produtores ativos foi a não diversificação, observada em 26 famílias. Este grupo optou pela especialização em culturas e criações já consolidadas. Tal comportamento denota uma postura de aversão ao risco,



na qual se prioriza a segurança econômica de atividades dominadas tecnicamente em detrimento da experimentação de novos cultivos que demandariam novos aprendizados e investimentos (Figura 8).

Figura 8: Diversificação da produção



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Um segmento menor, composto por 14 famílias, iniciou novos cultivos ou criações após o recebimento do título. Embora minoritário, este grupo representa o vetor de inovação do assentamento, buscando maior resiliência produtiva e o acesso a novos nichos de mercado por meio da diversificação.

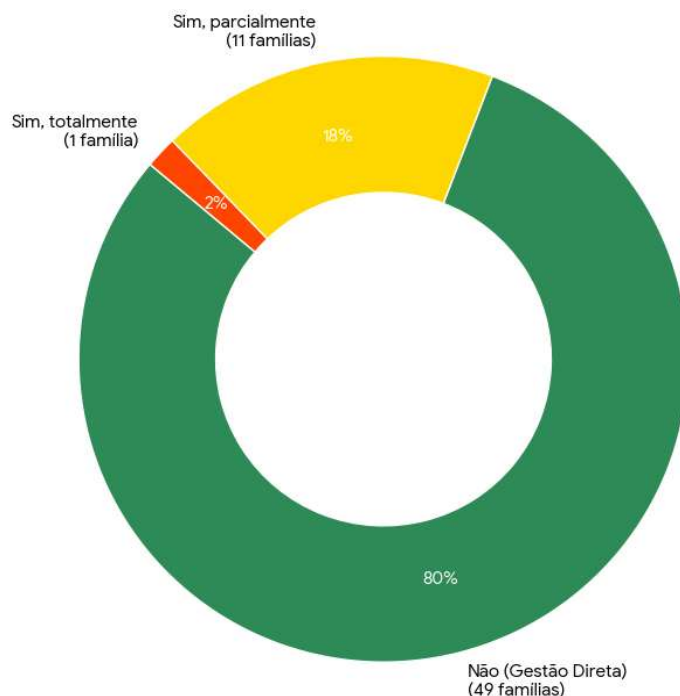
Um dado crítico é o contingente de 21 famílias que não registrou qualquer produção na última safra. Este índice correlaciona-se diretamente com o perfil demográfico envelhecido e a redução da força de trabalho familiar, fatores que limitam severamente a capacidade operacional de exploração econômica do lote, independentemente da posse da terra.

A prática de arrendamento da terra em assentamentos de reforma agrária é um indicador importante da gestão dos recursos produtivos e da fixação das famílias. Enquanto o arrendamento pode ser uma fonte de renda passiva, a sua alta incidência



pode indicar desinteresse na produção própria ou dificuldades de manejo. A análise das unidades familiares revela um forte vínculo entre o assentado e a terra: a grande maioria - composta por 49 famílias (80%) - mantém a gestão direta de suas parcelas. Esse índice elevado é um indicador positivo de fixação no campo, demonstrando que a exploração própria da terra continua sendo a estratégia central de reprodução social da comunidade (figura 9).

Figura 9: Arrendamento da área regularizada



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A baixa incidência de arrendamento, especialmente o arrendamento total, sugere que as famílias mantêm o interesse e a gestão sobre o seu lote, utilizando-o ativamente para a produção. Isso reforça a tese de que, apesar das limitações de capital e mecanização, o assentamento cumpre seu papel de fixação das famílias no campo e de exploração direta da terra.



3.3.2 Equipamentos adquiridos e produção animal e agrícola

A titulação da terra é um marco que, frequentemente, impulsiona investimentos privados no patrimônio familiar e produtivo. A análise das benfeitorias realizadas pelos membros do assentamento após a formalização da posse é crucial para avaliar a confiança no futuro da terra e a priorização de investimentos.

O acesso a equipamentos e máquinas agrícolas é um fator limitante crucial na elevação da produtividade e na eficiência do trabalho em assentamentos rurais. Os dados indicam uma baixa capacidade de investimento na mecanização ou semi-mecanização da produção, prevalecendo o uso de ferramentas básicas. Ausência de Aquisição: A maioria das famílias pesquisadas (48 famílias) declarou não ter adquirido máquinas ou equipamentos após a formalização da posse. E, apenas 13 famílias relataram ter realizado alguma aquisição no período pós-titulação. Entre o pequeno grupo que efetuou aquisições, o foco recaiu sobre ferramentas básicas e de baixo custo, não sobre máquinas de alto valor agregado (Tabela 3).

Tabela 3: Máquinas e equipamentos manuais ou de tração animal adquiridos		
Pulverizador		1 unidade
Carrinho de mão		1 unidade
Cultivador/carpideira/foice		10 unidades
Não adquiriu nada (número de famílias)		48

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em síntese, a baixa taxa de aquisição de capital fixo reflete limitações financeiras das famílias e sugere que a produção continua a depender predominantemente do trabalho manual, o que pode impactar negativamente a escala de produção e a capacidade competitiva do assentamento.

A modernização da agricultura e o aumento da escala de produção dependem diretamente do investimento em capital fixo, notadamente em equipamentos e máquinas mecanizadas. A limitação no acesso a equipamentos de produção é ainda mais crítica no que se refere a máquinas e equipamentos mecânicos (tratores, implementos motorizados, etc.). Os resultados demonstram uma ampla restrição: um



total de 49 famílias (89%) declarou explicitamente não ter adquirido qualquer tipo de equipamento mecânico após a titulação (tabela 4)

Tabela 4. Máquinas e equipamentos mecânicos adquiridos		
Motosserra		1 unidade
Triturador		1 unidade
Microtrator		11 unidade
Não adquiriu nada (número de famílias)		49

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Este índice extremamente elevado de não-aquisição de equipamentos mecânicos reforça a conclusão de que o assentamento opera majoritariamente sob um regime de produção manual ou semimecanizada básica. A ausência de mecanização representa um grande obstáculo para o aumento da área cultivada, para a redução do esforço físico e para o alcance de maior eficiência operacional.

3.3.3 Benfeitorias

Embora a literatura especializada aponte que a segurança jurídica da posse atue como um catalisador para o investimento em bens imóveis, os dados coletados no Assentamento revelam um comportamento distinto da tendência teórica. A propensão ao investimento em melhorias estruturais apresentou-se como marginal no universo pesquisado.

Todas as demais melhorias foram custeadas integralmente com recursos próprios das famílias. Esse dado confirma que, embora a titulação ofereça segurança jurídica, ela ainda não se traduziu em facilidade de acesso ao crédito habitacional rural. Na prática, o assentado é compelido a desviar recursos que seriam destinados à produção ou à subsistência para garantir a manutenção da qualidade de sua moradia.

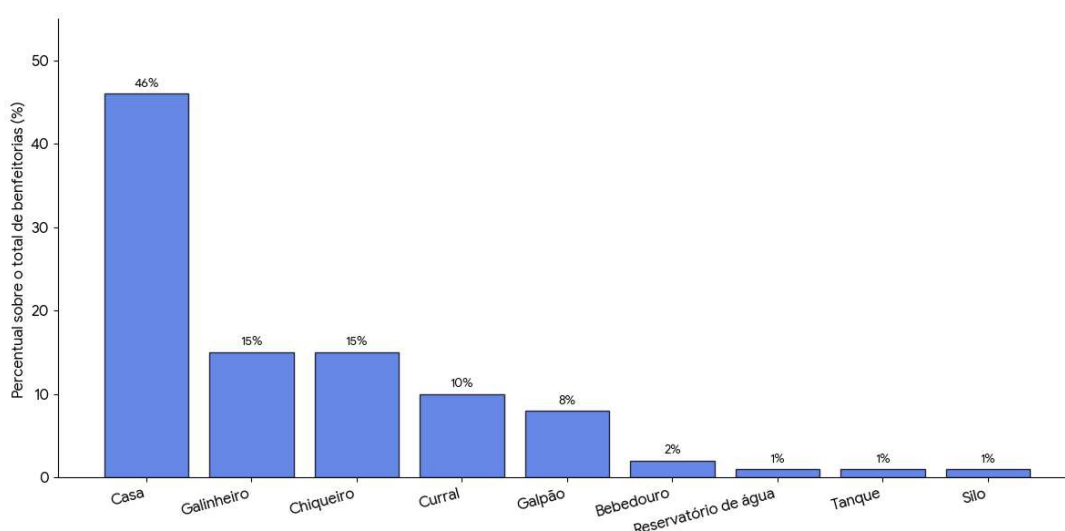
Simultaneamente, a infraestrutura habitacional demonstra robustez. A vasta maioria das moradias é construída em alvenaria, tendo sido registrada apenas uma unidade em material misto (madeira e alvenaria). Esse padrão construtivo reforça a



tese de que o assentamento atingiu um nível de perenidade física que o distância dos estágios iniciais de ocupação precária.

A análise das benfeitorias presentes nos lotes revela um padrão estruturado de ocupação e investimento. Os dados indicam que a prioridade inicial das famílias reside na estabilidade habitacional, com a "**casa**" figurando como a estrutura predominante e representando 46% de todas as construções identificadas (Figura 10). Este dado confirma que a fixação da família no lote é a prioridade absoluta, servindo como o ponto de partida indispensável para o desenvolvimento das demais atividades produtivas.

Figura 10: Benfeitorias existentes



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Após a consolidação da moradia, destacam-se estruturas voltadas à criação de animais de pequeno porte, como galinheiros e chiqueiros. Esses investimentos indicam uma estratégia produtiva baseada em atividades de baixo custo, alta rotatividade e importância para a segurança alimentar. Curral e galpão também aparecem como estruturas relevantes, ligadas à pecuária e ao armazenamento de insumos e ferramentas.



As estruturas específicas de armazenamento, captação e manejo hídrico ainda são pouco presentes. Bebedouros, reservatórios, tanques e silos aparecem em menor proporção, sugerindo que a infraestrutura produtiva mais especializada ainda está em fase inicial. Assim, o assentamento apresenta moradias consolidadas, mas infraestrutura produtiva limitada.

3.3.4 Produção Animal

A produção zootécnica em assentamentos rurais é fundamental tanto para a segurança alimentar familiar quanto para a diversificação de pequenas fontes de renda. A análise detalhada da composição animal permite identificar as prioridades e a escala das atividades pecuárias no lote. A composição da produção zootécnica no assentamento é caracterizada pela predominância de animais de pequeno porte, geralmente associados à subsistência e à comercialização em pequena escala (Tabela 5).

As galinhas representam a grande maioria do volume da criação animal no assentamento. Esse predomínio sugere que a avicultura é a atividade zootécnica mais acessível e difundida entre as famílias, servindo tanto para garantir o consumo próprio quanto para a geração rápida de renda.

Em segundo lugar na escala de criação aparecem os bovinos, somando 307 cabeças. Esse número indica uma presença modesta de gado, o que possivelmente reflete limitações estruturais - como a escassez de pastagens, de capital ou de mão de obra -, restrições já observadas no perfil de investimento local.

Por fim, a criação de peixes também se destaca como uma atividade de volume expressivo, contabilizando 280 toneladas. Esse dado aponta para o aproveitamento estratégico dos recursos hídricos disponíveis, configurando um esforço das famílias para diversificar tanto a dieta alimentar quanto as suas fontes de renda.



Tabela 5: Criação animal.

Galinhas		1313 aves
Bovino		307 cabeças
Suíno		102 cabeças
Equinos		21 cabeças
Peixe		280 toneladas
Caprino		8 unidades
Caixa de abelha		37 colmeias
Pato/Ganso		108 aves
Não possui animais (número de famílias)		8

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em resumo, a avicultura é a atividade zootécnica mais difundida, funcionando como fonte acessível de proteína e renda rápida. A bovinocultura aparece em segundo plano, com presença relevante, mas provavelmente limitada por restrições de pastagem, capital e mão de obra. A piscicultura também se destaca pelo volume registrado, indicando aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis e potencial de diversificação produtiva.

.

3.3.5 Produção agrícola

A matriz agrícola é dominada por tubérculos e grãos, que juntos representam a maior parte da produção. Os tubérculos, especialmente mandioca, batata-doce e inhame, possuem importância tanto para a segurança alimentar quanto para mercados regionais. Os grãos, como arroz, milho, feijão, trigo e soja, constituem a segunda categoria mais relevante, com função estratégica para alimentação humana, animal e geração de renda (Tabela 6).



Tabela 6: Principais produtos cultivados.

	hectares
Tubérculos (batata-doce/mandioca/inhame)	35,5
Grãos (arroz/milho/feijão/trigo/soja)	32
Não plantou nada	14
Pastagem	8,5
Horticultura (alface/tomate/cenoura/couve/cebolinha)	5
Cana-de-açúcar	3,5
Fruticultura (banana/laranja/maçã/melancia/manga)	2,5

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O percentual de famílias que não plantou nada merece atenção, pois reforça a existência de lotes com baixa exploração produtiva. A horticultura e a fruticultura aparecem de forma limitada, o que pode indicar baixa disponibilidade de irrigação, mão de obra, assistência técnica ou canais de comercialização adequados para produtos perecíveis.

3.3.6 Diversificação da produção (*in natura*, beneficiados e processados)

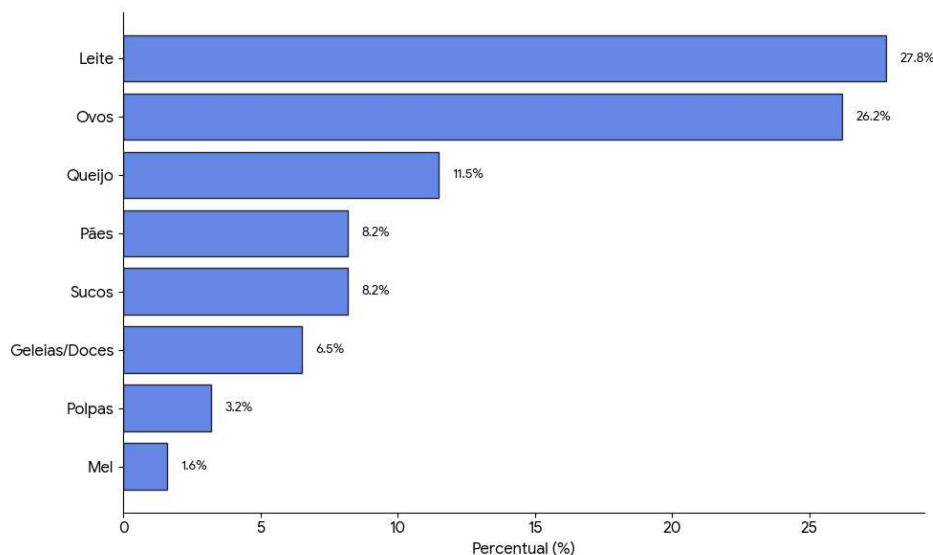
A diversificação produtiva e o beneficiamento de alimentos são estratégias importantes para agregar valor, ampliar renda e reduzir a dependência de produtos primários. No assentamento, os produtos finais mais recorrentes são leite e ovos, confirmando a centralidade da pecuária leiteira e da avicultura na economia familiar.

Em termos de produtos finais específicos gerados na área regularizada, o foco produtivo se concentra em dois itens essenciais: i) leite (27,5%) - aparece como o primeiro produto mais citado, destacando a importância da pecuária leiteira para a nutrição familiar e para gerar um fluxo de caixa constante, é uma atividade vital para as famílias que possuem gado, mesmo que em pequena quantidade; ii) ovos (14%) - é o segundo produto final mais citado, a grande frequência de ovos está diretamente ligada à alta presença de galinhas no assentamento, confirmando a avicultura como uma atividade chave para fornecer proteína e renda rápida às famílias. Somadas, elas representam mais da metade das atividades de agregação de valor. Isso indica que a



infraestrutura e o conhecimento técnico das famílias estão fortemente voltados para a pecuária de pequeno porte e a avicultura (Figura 11)

Figura 11: Portfólio de produtos *in natura*, beneficiados e processados



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O leite representa 27,5% das citações, enquanto os ovos somam 14%. Esses produtos possuem importância econômica e alimentar por garantirem fluxo contínuo de consumo e venda. A presença do queijo, com 11,5%, indica esforço de agregação de valor ao leite, ampliando a vida útil do produto e a margem de comercialização.

Produtos como pães, sucos e geleias demonstram a existência de processamento artesanal, ainda em escala reduzida. Já itens como polpas e mel aparecem com menor participação, o que pode estar associado à falta de equipamentos, infraestrutura sanitária, certificação ou capacitação específica.

3.3.7 Canais de Comercialização

Os canais de comercialização acessados pelos assentados revelam não apenas formas de inserção econômica no mercado, mas também a construção de vínculos sociais e coletivos, como associações, cooperativas e feiras locais, que fortalecem redes de cooperação e ampliam a visibilidade da produção agrícola familiar (Maciel *et al.*, 2024).



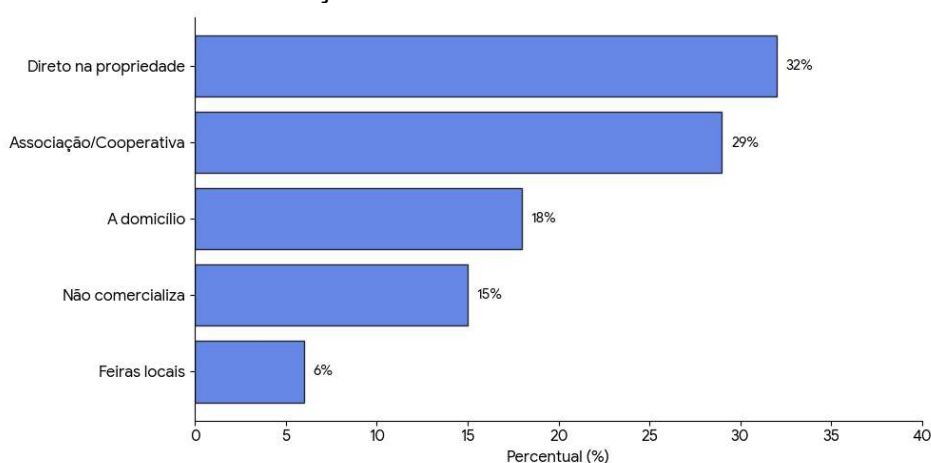
Os canais de comercialização adotados pelos assentados revelam uma estratégia híbrida, que prioriza a proximidade com o consumidor e o apoio de estruturas coletivas

A comercialização direto na propriedade (32%) e o atendimento a domicílio (18%) somam metade de todas as citações. Essa preferência indica um modelo baseado em relações de confiança e circuitos curtos de comercialização, o que reduz custos de transporte e intermediários, embora limite o volume de escala (Figura 12).

A comercialização direta na propriedade representa 32% das citações, enquanto o atendimento a domicílio corresponde a 18%. Juntas, essas modalidades demonstram a força dos circuitos curtos de comercialização, baseados em proximidade, confiança e menor dependência de intermediários. Essa estratégia reduz custos, mas também pode limitar escala e alcance de mercado.

Associações e cooperativas respondem por 29% das citações, demonstrando o papel relevante da organização coletiva. Esses canais ampliam o poder de negociação, facilitam acesso a mercados institucionais e contribuem para a visibilidade da produção. As feiras locais, embora tradicionais, apresentam baixa participação, com 6%. Além disso, 15% das famílias declararam não comercializar, indicando produção voltada ao autoconsumo.

Figura 12: Canais de comercialização acessados



Fonte: Dados da pesquisa (2025)



O cenário demonstra que a titulação da terra é acompanhada por uma inserção ativa em redes de cooperação. A predominância da venda direta combinada com o suporte associativo sugere uma estrutura comercial resiliente. Contudo, o baixo percentual em feiras e o volume de famílias focadas apenas na subsistência apontam para a necessidade de políticas de fomento logístico e incentivo à diversificação produtiva para aumentar o excedente comercializável.

3.3.8 Valorização dos produtos:

A valorização dos produtos se apresenta como aspecto central para compreender os impactos socioambientais da titulação. A percepção de valorização, seja ela intensa ou limitada, reflete o reconhecimento social e econômico do trabalho das famílias assentadas, e atua como indicativo da relação entre a produção agrícola e o mercado consumidor (Cassol *et al.*, 2024).

Os dados sobre a percepção de valorização dos produtos comercializados indicam um cenário de desafios no posicionamento de mercado (Tabela 7).

A maioria absoluta dos produtores (38 famílias) não percebe qualquer forma de valorização diferenciada em seus produtos. Esse índice sugere que a produção está sendo comercializada como *commodity* básica, sem que atributos como a origem da reforma agrária ou o baixo uso de agrotóxicos (identificado em 59% dos casos) sejam convertidos em vantagem competitiva ou preço superior.

Um grupo somado de 23 famílias percebe algum grau de valorização. Dentro deste universo, 21% (13 famílias) relatam "muita valorização", indicando o sucesso de canais específicos de venda (possivelmente venda direta ou feiras) onde a qualidade do produto é reconhecida pelo consumidor final. Outras 17% percebem apenas uma valorização limitada.

Tabela 7. Percepção quanto a valorização dos produtos		
Sim, muita valorização		21%
Sim, pouca valorização		17%
Não		62%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



Os dados mostram que quase 2/3 dos assentados não sentem valorização, aponta para uma lacuna estratégica: o assentamento produz de forma sustentável, mas não consegue comunicar esse valor ao mercado. Há um potencial subutilizado para a criação de selos de origem, marcas coletivas ou certificações orgânicas que poderiam elevar a percepção de valor e, consequentemente, a renda das famílias. A valorização está diretamente ligada aos canais de comercialização; quem vende "direto na propriedade" ou em "associações" tende a ter sua produção mais reconhecida do que quem depende de atravessadores.

A finalidade última da produção agrícola em assentamentos é a conversão do esforço laboral em bem-estar social e estabilidade econômica. A valorização dos produtos no mercado atua como impulsionador para a elevação do padrão de vida das famílias. No entanto, o hiato entre a produção e a percepção de lucro real é um desafio complexo, influenciado por custos de insumos, logística e flutuações de mercado, entre outros (Grisa, 2018)

O cruzamento de dados entre a comercialização e a evolução social das famílias revela que a consolidação econômica pós-titulação ainda é um processo em estágio inicial para a maioria absoluta dos beneficiários.

A grande maioria das famílias (43 unidades) relatou que a valorização de seus produtos não foi suficiente para promover mudanças relevantes em sua renda ou padrão de vida. Este dado é um indicativo crítico de que, para este grupo, a atividade produtiva permanece em um nível de subsistência ou de baixa rentabilidade (tabela 8).

Um grupo de 11 famílias percebeu um aumento moderado na renda, refletindo uma melhoria gradual nas condições de vida doméstica. Apenas, um grupo de 11 famílias percebeu um aumento moderado na renda, refletindo uma melhoria gradual nas condições de vida doméstica.

Tabela 8. Relação entre valorização dos produtos e melhoria na renda e no padrão de vida		
Sim, aumentou muito a renda e houve melhoria no padrão de vida		12%
Sim, aumentou um pouco a renda e houve melhoria no padrão de vida		18%
Não houve mudança		70%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



Os números sugerem que, embora a titulação tenha aberto canais de segurança jurídica e potencial de valorização, a emancipação econômica plena enfrenta barreiras estruturais. O fato de 70% das famílias não observarem mudanças positivas indica que a simples entrega do título não é suficiente para alterar a dinâmica de renda; é necessária uma estratégia complementar que envolva a redução de custos logísticos, o acesso a mercados de maior valor agregado e o fortalecimento das cadeias produtivas locais para que o lucro permaneça no lote e se transforme em padrão de vida superior.

Para compreender a percepção dos assentados sobre o interesse do consumidor na origem dos alimentos, conectando a base social do campo à dinâmica de valorização nos mercados locais. Investigou-se se existe um reconhecimento, por parte do público consumidor, da qualidade e da procedência dos alimentos provenientes do assentamento.

Os dados revelam um cenário de opiniões fragmentadas e bastante equilibradas quanto à valorização da origem e da identidade cultural dos produtos por parte dos consumidores (Tabela 9). Aproximadamente um terço dos entrevistados (34,4%) identifica um interesse crescente do público pela procedência do alimento. Contudo, essa percepção não é unânime, uma vez que o restante da amostra divide-se entre aqueles que não notaram qualquer alteração no comportamento do mercado (34,4%) e os que não observam tal demanda (31,1%).

Tabela 9. Percepção dos produtores sobre a demanda por procedência, qualidade e identidade cultural dos alimentos.

Sim, há um interesse maior		34,4%
Não houve aumento no interesse		34,4%
Sem alteração		31,1%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Esse equilíbrio demonstra que o reconhecimento da agricultura familiar como diferencial competitivo ainda é heterogêneo. A valorização da origem depende de estratégias de comunicação, organização coletiva e aproximação com consumidores sensíveis à qualidade, procedência e identidade territorial dos alimentos (Silva *et al.*, 2021)



3.4. Inclusão Financeira e fortalecimento técnico (ATER)

Este eixo analisa o acesso ao crédito rural, os entraves à contratação de financiamentos e a presença da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A regularização fundiária pode facilitar a inclusão financeira, mas sua efetividade depende da capacidade das famílias de acessar informações, elaborar projetos, superar burocracias e assumir riscos compatíveis com sua realidade econômica.

3.4.1 Crédito e Financiamento

O acesso ao crédito rural é um dos principais pilares para a modernização tecnológica e o aumento da produtividade no campo. A contratação de financiamentos permite que as famílias superem a barreira da baixa capitalização e invistam em máquinas, insumos e infraestrutura (Schneider *et al.*, 2021).

O cenário de financiamento no assentamento é marcado por uma baixa taxa de engajamento com instituições de crédito, com a grande maioria das famílias operando exclusivamente com recursos próprios. A grande maioria (50 famílias) declarou não ter tentado ou contratado qualquer tipo de financiamento para a área titulada no último ano. Apenas 11 famílias (18%) buscaram ou efetivaram a contratação de crédito rural no período analisado (Tabela 10).

Este elevado índice de 82% de não-contratação é um dado crítico, pois sugere a existência de barreiras que impedem o acesso ao fomento, tais como: o endividamento prévio, a burocracia excessiva, a falta de assistência técnica para elaboração de projetos ou, ainda, o receio das famílias em assumir compromissos financeiros diante de um perfil etário mais avançado.

Tabela 10: Contratação de financiamento ou crédito rural no último ano

Sim		18%
Não		82%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



Essa resistência ao crédito correlaciona-se diretamente com a baixa aquisição de equipamentos mecânicos e a limitada expansão da área produtiva registradas no relatório.

Compreender as razões pelas quais a maioria dos assentados opta por não acessar o sistema financeiro é fundamental para o desenho de políticas públicas de fomento mais eficazes (Araújo *et al.*, 2020)

Os dados indicam que o baixo índice de bancarização no assentamento não decorre de impedimentos legais ou documentais, mas sim de uma postura de cautela e autossuficiência financeira por parte das famílias. A razão predominante para a não busca por crédito é a percepção de desnecessidade, citada por 22 famílias. Este dado sugere um modelo de gestão focado na manutenção da produção com recursos próprios, possivelmente devido à escala reduzida das atividades (Tabela 11).

O medo de contrair dívidas foi apontado por 17 famílias. Este fator é compreensível dado o perfil etário envelhecido da população, que tende a evitar compromissos financeiros de longo prazo que possam comprometer o patrimônio ou a renda de subsistência.

A burocracia no processo foi citada por 15 famílias como um obstáculo significativo. Mesmo com a posse do título, a complexidade das exigências bancárias e a dificuldade no trâmite documental ainda afastam o produtor do guichê do banco.

Tabela 11. Principais motivos para não acessar um financiamento no último ano

Não precisou	36,0%
Medo de contrair dívidas	28,0%
Burocracia	24,4%
Falta de pagamento do empréstimo anterior	5,0%
Não produz comercialmente	3,3%
Não produz	3,3%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Fatores como a ausência de histórico de crédito anterior ou a falta de uma produção voltada exclusivamente ao comércio representaram barreiras menores, indicando que, uma vez superada a resistência cultural e a burocracia, o potencial de inserção financeira seria consideravelmente maior.



Entre o universo de 11 famílias que acessaram o crédito rural, observa-se uma ligeira predominância de recursos voltados à manutenção operacional em detrimento de melhorias estruturais de longo prazo (Tabela 12).

Neste contexto, o custeio agrícola como a modalidade mais requisitada, sendo a opção exclusiva de 5 famílias. O foco no custeio indica uma necessidade de capital de giro para a aquisição de insumos básicos, garantindo a viabilidade da safra corrente.

Um grupo de 4 famílias acessou recursos destinados especificamente ao investimento. Essa modalidade é estratégica para a aquisição de bens duráveis ou melhorias fixas na propriedade.

Apenas 2 famílias optaram por uma combinação de custeio e investimento, demonstrando um planejamento mais abrangente que visa, simultaneamente, a produção imediata e o fortalecimento da infraestrutura produtiva.

Tabela 12. Modalidade de Crédito contratada

Somente custeio	46%
Somente investimento	36%
Custeio e investimento	18%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em suma, mesmo entre os produtores que acessam o crédito, o foco principal permanece no custeio da produção, o que reforça a tese de que o assentamento prioriza a manutenção da atividade atual frente a saltos tecnológicos ou expansões expressivas da área cultivada.

Um dos principais objetivos da titulação de terras em assentamentos de reforma agrária é a inserção do produtor no mercado financeiro formal. A segurança jurídica proporcionada pelo título de propriedade permite que a terra seja utilizada como garantia real, reduzindo o risco bancário e facilitando a aprovação de linhas de fomento. A análise a seguir avalia a percepção dos assentados sobre como a regularização da terra influenciou a dinâmica de contratação de financiamentos.

A eficácia da regularização fundiária como política de desenvolvimento depende da sua capacidade de converter segurança jurídica em dinamismo



econômico. Embora o título seja um instrumento de inclusão financeira, sua existência isolada não garante o acesso ao crédito se persistirem barreiras estruturais e informacionais .

A regularização fundiária demonstrou ser um facilitador direto para o acesso ao capital financeiro entre as famílias que buscaram crédito. Para a ampla maioria dos tomadores de crédito (9 das 11 famílias), o processo de regularização da terra foi determinante para a contratação do financiamento. Nestes casos, o título de propriedade foi utilizado como garantia nas operações bancárias, removendo uma das principais barreiras históricas à bancarização rural. Apenas 2 famílias declararam não ter percebido uma facilitação no acesso ao crédito decorrente da titulação (tabela 13).

Tabela 13. Percepção quanto à facilidade de obtenção de crédito		
Sim		15%
Não		3%
Não respondeu		82%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Estes dados confirmam que a segurança jurídica da posse é um ativo econômico fundamental. Embora o número de famílias que buscam crédito ainda seja baixo (18%), os resultados indicam que, para aquelas que decidem investir, a titulação é o instrumento que viabiliza a entrada no sistema financeiro formal, transformando a terra em um recurso capaz de alavancar o desenvolvimento produtivo.

A eficácia da regularização fundiária como política de desenvolvimento depende da sua capacidade de converter segurança jurídica em dinamismo econômico. Embora o título seja um instrumento de inclusão financeira, sua existência isolada não garante o acesso ao crédito se persistirem barreiras estruturais e informacionais.

A análise dos dados revela que a titulação, embora fundamental, enfrenta resistências e obstáculos operacionais que limitam seu impacto no fortalecimento do capital das famílias. Para uma parcela de 15% dos entrevistados, a regularização fundiária ainda não é percebida como o fator primordial para facilitar o acesso ao crédito ou para a formalização de contratos. Esse dado sugere que, para esses



produtores, a segurança jurídica por si só não anula outras dificuldades históricas de inserção no mercado financeiro.

No último ciclo anual, apenas 18% das famílias buscaram contratar financiamentos, concentrando-se em modalidades de custeio (manutenção da safra) e investimento (melhorias estruturais). O baixo volume de busca por crédito reforça a tendência de uma economia interna baseada em recursos próprios e de baixo risco.

Aqueles que tentaram acessar o sistema financeiro reportaram obstáculos críticos, tais como o excesso de burocracia, a exigência de garantias complementares e o desconhecimento técnico sobre as linhas de crédito disponíveis. Esses fatores atuam como filtros que excluem o produtor, mesmo após a regularização da terra (Schneider, 2021).

Estes resultados evidenciam que a titulação é o primeiro passo de um processo mais amplo. Para que o assentamento avance produtivamente, é imperativo implementar ações integradas que aliem a regularização fundiária à educação financeira e à simplificação dos processos bancários, garantindo que o título de propriedade se transforme em uma ferramenta efetiva de desenvolvimento econômico (Schneider *et al.*, 2016).

3.4.2 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Neste tópico da pesquisa buscou-se compreender de que maneira o Poder Público, além da concessão da titulação da terra, tem atuado para assegurar a permanência e o desenvolvimento das famílias assentadas. A assistência técnica se apresenta como política pública complementar fundamental à Reforma Agrária, pois possibilita o acesso a conhecimentos, práticas produtivas e orientações de gestão que viabilizam não apenas o cultivo e a criação de animais, mas também a sustentabilidade econômica, social e ambiental das propriedades.

A Assistência Técnica e Extensão Rural é uma política pública indispensável para transformar segurança jurídica em desenvolvimento produtivo. Ela conecta conhecimento tradicional, inovação tecnológica, gestão econômica e sustentabilidade ambiental. Sem ATER, a titulação pode ampliar a confiança, mas dificilmente se



converte em aumento de produtividade, diversificação ou acesso qualificado a mercados (Silva; Barden, 2018).

O monitoramento do suporte técnico após a regularização fundiária revela um cenário de atendimento parcial, com uma divisão significativa na cobertura dos serviços de extensão. A maioria das unidades familiares (56%) declarou ter recebido algum tipo de assistência técnica após a titulação. Este índice aponta para uma presença ativa de órgãos de extensão ou cooperativas, auxiliando na gestão dos lotes (Tabela 14).

Por outro lado, um percentual expressivo de 44% das famílias relatou não ter sido contemplado por nenhum serviço de suporte especializado no período.

Tabela 14. Famílias que receberam assistência técnica		
Sim		56%
Não		44%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A ausência de assistência para quase metade da população do assentamento representa um risco crítico à sustentabilidade do projeto de Reforma Agrária. Sem orientação técnica, a capacidade dessas famílias de acessar linhas de crédito, implementar melhorias zootécnicas ou diversificar a matriz produtiva

A eficácia da Extensão Rural está diretamente ligada à capilaridade e à especialização das instituições que atuam no campo. Identificar quais entidades são as principais parceiras dos assentados permite compreender o foco do suporte oferecido - seja ele voltado para a regularização fundiária, para o empreendedorismo ou para o manejo técnico produtivo (Cruz *et al*, 2021).

Os dados coletados sobre as entidades prestadoras de assistência técnica revelam uma concentração do atendimento em órgãos públicos estaduais e em instituições de formação rural (Tabela 15)

A AGRAER figura como a principal referência técnica para o assentamento, sendo citada por 29,3% dos entrevistados (22 famílias). Sua liderança reflete o papel do Estado na execução de políticas de desenvolvimento agrário. Em segundo lugar, destaca-se o SENAR com 21,3% das citações, evidenciando uma busca dos assentados por capacitação profissional e aperfeiçoamento técnico de curta duração.



O suporte é complementado por instituições como o SEBRAE (5,3%), focado em gestão e empreendedorismo, e por uma rede pulverizada que inclui Cooperativas e Prefeitura (2,6%), INCRA, e Empresas de Insumos (todas com 1,3%). Embora a presença dessas entidades seja numericamente menor, elas representam nichos específicos de apoio que variam desde a comercialização até o acesso a tecnologias de insumos.

O dado mais crítico da análise reside no fato de que 36% dos entrevistados (27 famílias) declararam não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica. Este índice de desassistência é superior ao alcance individual de qualquer uma das instituições citadas, inclusive a líder AGRAER.

Tabela 15. Principais entidades prestadoras de ATER	
AGRAER	29,3%
SENAR	21,3%
SEBRAE	5,3%
INCRA	1,3%
Prefeitura	2,6%
Cooperativa	2,6%
Empresa de Insumos e Produtos Agropecuários	1,3%
Não recebeu assistência	36%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A predominância da AGRAER e do SENAR indica que o suporte atual está focado em extensão estatal e capacitação. Contudo, a lacuna de 36% sem assistência é um obstáculo severo para a democratização do conhecimento técnico no assentamento. Este cenário sugere a necessidade de uma maior articulação entre as entidades existentes para ampliar a cobertura e garantir que o suporte técnico chegue às famílias que hoje operam à margem das orientações especializadas.

A eficácia da Extensão Rural não depende apenas da presença das instituições, mas da aderência do suporte técnico às reais demandas produtivas do assentamento. Analisar as áreas específicas de atendimento permite identificar se o conhecimento transferido está alinhado com a vocação econômica das famílias. Os dados revelam uma forte concentração no suporte à produção primária, porém com



lacunas críticas em áreas estratégicas como gestão e comercialização, fundamentais para a emancipação econômica dos assentados (Tabela 16).

A distribuição das atividades atendidas pela assistência técnica no último ano reflete as prioridades produtivas do assentamento, focando essencialmente nas etapas iniciais da cadeia produtiva. A Produção Agrícola é a área com maior volume de atendimento, representando 27% das citações (21 casos). Somada à criação de animais (13%) e à produção de leite (9%), observa-se que quase metade do suporte técnico oferecido está voltado para o manejo direto de cultivos e criações. Esse dado é coerente com a matriz ocupacional do assentamento, que é majoritariamente agrícola.

O Manejo de Recursos Naturais surge como uma atividade relevante de suporte para 7% dos casos. Isso indica uma preocupação, ainda que em escala inicial, com a sustentabilidade e a preservação dos ativos ambientais do lote, o que é essencial para a manutenção da produtividade a longo prazo.

Um ponto de atenção técnica reside na baixíssima incidência de auxílio em áreas de gestão e mercado. Atividades como comercialização (3%), obtenção de crédito (1%) e gestão do estabelecimento (1%) são marginais. A ausência de suporte nessas frentes explica a dificuldade de expansão produtiva e o baixo índice de contratação de financiamentos observados anteriormente: sem assessoria para gerir o negócio ou acessar mercados, o produtor tende a permanecer no ciclo de subsistência.

Tabela 16. Atividades mais contempladas pela ATER	
Produção Agrícola	27%
Criação de Animais	13%
Produção de Leite	9%
Manejo de Recursos Naturais	7%
Assistência na Obtenção de Crédito	1%
Comercialização	3%
Planejamento Familiar	1%
Capacitação Técnica	1%
Assessoria Ambiental	1%
Gestão do Estabelecimento	1%
Não recebeu assistência	36%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



Reafirmando os dados de cobertura institucional, o índice de 36% (27 famílias) que não receberam qualquer tipo de assistência permanece como o maior desafio estrutural. Este vácuo técnico impede que mais de um terço das famílias acessem novos métodos de produção ou diversifiquem seus rendimentos.

3.5 Sustentabilidade, cooperação e tecnologias de informação

Este eixo avalia práticas sustentáveis, redes de cooperação, capacitações e uso de tecnologias de informação e comunicação. A sustentabilidade do assentamento depende não apenas de técnicas de manejo ambiental, mas também da capacidade coletiva de organizar produção, processar alimentos, acessar mercados e comunicar o valor de seus produtos.

O associativismo e a formação de redes de cooperação são pilares fundamentais para a viabilidade econômica da agricultura familiar. Em assentamentos, a articulação comunitária permite superar barreiras individuais, como a falta de maquinário, o baixo volume de produção para grandes mercados e as dificuldades no processamento de alimentos.

A cooperação e o associativismo são fundamentais para que a agricultura familiar supere barreiras de escala e tecnologia. No universo pesquisado, observa-se que cerca de um terço dos assentados já utiliza redes de colaboração para potencializar a produção e o processamento de alimentos, consolidando práticas de economia solidária (Tabela 17).

Contudo, o fato de 32 famílias ainda operarem de forma isolada revela um potencial de organização ainda não explorado. Fortalecer essas redes é essencial para que o assentamento deixe de ser um conjunto de lotes isolados e passe a atuar como uma unidade produtiva articulada e competitiva frente aos mercados regionais."

Tabela 17. Participação em redes de cooperação e/ou organização coletiva		
Sim		30%
Não		52%
Não soube responder		18%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



A cooperação ainda não é o modelo predominante no assentamento, o que representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade estratégica. O fortalecimento dessas redes é essencial para que o assentamento avance da simples produção de matéria-prima para o processamento de alimentos (agroindustrialização), permitindo que o valor agregado e o lucro permaneçam dentro da comunidade.

Esses dados evidenciam o potencial transformador das ações coletivas no contexto da reforma agrária, reforçando a importância de políticas que incentivem a cooperação, a autogestão e a formação de redes produtivas solidárias.

A capacitação técnica atua como o vetor que transforma o potencial produtivo em eficiência operacional e sustentabilidade socioeconômica. No âmbito da economia solidária, os processos formativos transcendem o aprimoramento do manejo individual, qualificando competências essenciais para a gestão coletiva e a verticalização da produção.

O histórico de qualificações no assentamento (Tabela 18) reflete a hegemonia da pecuária leiteira como eixo econômico central, concentrando 53% das formações entre manejo animal e sanidade bovina. Em contrapartida, as áreas de beneficiamento de alimentos e práticas agroecológicas (3% cada) emergem como nichos em expansão, ainda carentes de maior densidade técnica.

Destacadamente, a existência de uma demanda reprimida de 28% das famílias - que manifestam interesse em capacitações ainda não acessadas - indica que o avanço produtivo do território depende menos da disposição dos produtores e mais da capilaridade e regularidade das políticas de extensão rural.

Tabela 18. Participação em treinamento e/ou capacitação

Manejo e Sanidade Animal	48%
Aplicação de Injetáveis em Bovinos (vacinas e medicamentos)	5%
Manipulação/Beneficiamento de Alimentos	3%
Práticas de Cultivo Sustentável	3%
Corte e Costura	2%
Artesanato	2%
Sem formação (Possui interesse)	27%
Sem formação (Não possui interesse)	10%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



A partir dos dados apresentados, observa-se que o perfil de qualificação no assentamento é fortemente pautado pela vocação pecuária, com mais da metade das capacitações (53%) concentradas no eixo de manejo e sanidade animal. Embora exista uma base técnica consolidada para a produção de leite, observa-se um hiato em áreas estratégicas para a diversificação da renda, como o beneficiamento de alimentos e o cultivo sustentável, que ainda ocupam um espaço marginal. O dado mais relevante para o planejamento de futuras intervenções é a existência de uma demanda reprimida expressiva: 27% das famílias, apesar de não possuírem formação, manifestam interesse em se qualificar. Esse indicador sinaliza que o fortalecimento da economia local não depende apenas da aptidão dos assentados, mas da ampliação da oferta de extensão rural focada em agregar valor à produção e promover a sustentabilidade do território.

3.5.1 Práticas Sustentáveis

A adoção ou não do uso de agrotóxicos e a incorporação de técnicas de manejo sustentável também se apresentam como elementos centrais na análise, indicando diferentes níveis de conscientização e práticas de cuidado com o solo, a água e os ecossistemas locais.

A transição para modelos produtivos mais resilientes é um dos desdobramentos esperados da regularização fundiária. A segurança da posse atua como um indutor de práticas responsáveis, permitindo que as famílias planejem o uso da terra com foco na conservação de longo prazo.

Além disso, o uso de práticas sustentáveis, como compostagem, produção orgânica, reaproveitamento de alimentos e captação de água da chuva, reforça o papel da titulação como indutora de novas dinâmicas produtivas, mais responsáveis e conectadas às necessidades socioambientais. A preocupação com o uso consciente da terra, da água e da energia mostra-se igualmente relevante, refletindo uma maior valorização da relação entre produção agrícola e preservação do meio ambiente.

As práticas mais comuns estão ligadas ao fechamento de ciclos de nutrientes e recursos dentro da propriedade. O reaproveitamento de alimentos (29%) e a



compostagem (21%) são as técnicas predominantes, demonstrando uma gestão eficiente dos resíduos orgânicos para a manutenção da fertilidade do solo e redução de desperdícios (Tabela 19)

Tabela 19. Adoção de técnicas/modelos sustentáveis na produção e comercialização		
Reaproveitamento de alimentos		29%
Compostagem		21%
Cisternas para captação de água da chuva		4%
Produção de alimentos orgânicos		14%
Não adota		32%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A consolidação da produção orgânica em 10 unidades familiares confirma o potencial do assentamento para o atendimento de mercados diferenciados e de alto valor comercial. Este compromisso com a saúde e o ambiente é reforçado pela adoção de práticas como o reaproveitamento de insumos (29%) e a compostagem (21%), que otimizam o ciclo de nutrientes no lote. O desafio reside na sensibilização dos 24 produtores que ainda não adotam medidas sustentáveis, transformando o atual nicho orgânico em uma matriz produtiva predominante, capaz de garantir a sustentabilidade do assentamento a longo prazo.

A percepção dos assentados sobre a finitude e a importância dos recursos naturais é um indicador fundamental da sustentabilidade do projeto de Reforma Agrária a longo prazo. Quando a segurança da terra é acompanhada por uma postura ética em relação ao meio ambiente, o lote deixa de ser apenas uma unidade de produção e passa a ser um ativo de conservação (Ribeiro *et al.*, 2021).

Os dados refletem um alto grau de sensibilização ecológica entre as famílias assentadas, indicando que a titulação fortaleceu a responsabilidade coletiva e individual sobre o território (Tabela 20).

A maioria das famílias (51 unidades) declarou possuir preocupação ativa e realizar ações práticas voltadas ao uso consciente dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. Este índice sugere que práticas como a economia de água, o manejo adequado do solo e a eficiência energética estão integradas ao cotidiano do



assentamento. Apenas 6 famílias afirmaram não possuir tal preocupação ou ações específicas, o que representa uma minoria dentro do universo pesquisado.

Tabela 20. Existência de sensibilidade e ações de conservação e proteção ao meio ambiente.

Possui sensibilização e/ou adota medidas	84%
Não possui sensibilização e/ou não adota medidas	10%
Não soube responder	6%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Esse resultado demonstra que a titulação fortalece a responsabilidade socioambiental, favorecendo o uso racional dos recursos e a sustentabilidade da produção agrícola, indicando uma transição parcial para modelos mais sustentáveis, associada à titulação e à maior segurança sobre a terra.

O diagnóstico das práticas produtivas revela um assentamento com forte inclinação à sustentabilidade e ao manejo de baixo impacto, embora ainda enfrente desafios operacionais ligados ao controle de vegetação e pragas.

Os dados coletados sobre o manejo fitossanitário no assentamento revelam um perfil produtivo majoritariamente voltado a práticas de baixo impacto ambiental (Tabela 21)

A maioria absoluta dos entrevistados (36 famílias) declarou não utilizar agrotóxicos ou produtos químicos em sua produção. Este dado é altamente positivo, sugerindo que a base produtiva do assentamento (focada em tubérculos, grãos e ovos) é conduzida de forma mais natural, o que agrega valor biológico e segurança alimentar aos produtos.

Uma parcela de 20 famílias ainda faz uso de insumos químicos para o controle de pragas e doenças. Este grupo representa o segmento que possivelmente enfrenta maiores desafios com pragas em cultivos específicos ou que ainda não realizou a transição para métodos de manejo orgânico ou agroecológico.

Tabela 21. Utilização de agrotóxicos e/ou demais produtos químicos

Sim	33%
Já usei, porém não uso mais	8%
Não	59%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



O fato de quase 60% das famílias não utilizarem agrotóxicos coloca o assentamento em uma posição privilegiada para a obtenção de certificações orgânicas ou selos de agricultura familiar sustentável. A baixa dependência de químicos, somada à experiência das famílias que abandonaram o uso, indica um potencial para políticas de incentivo à agroecologia, que poderiam aumentar o valor de mercado dos produtos e garantir a preservação dos recursos hídricos já universalizados na área.

A identificação das classes de defensivos agrícolas aplicados no assentamento é fundamental para o monitoramento dos riscos toxicológicos e ambientais. O uso de herbicidas e inseticidas reflete os principais gargalos do manejo: o controle de plantas invasoras (muitas vezes substituindo a capina manual devido à idade avançada da mão de obra) e o combate a pragas nas culturas e rebanhos

3.5.2 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

O uso de tecnologias digitais tornou-se um fator relevante para a comercialização rural. Aplicativos de mensagens, redes sociais e plataformas digitais permitem aproximação direta com consumidores, divulgação de produtos, recebimento de pedidos e ampliação de mercados.

A transformação digital no campo é um dos reflexos mais evidentes da modernização dos assentamentos pós-titulação. O acesso a Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) - como redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de venda - redefine a logística de comercialização e o relacionamento com o mercado. Para o pequeno produtor, as TICs funcionam não apenas a modernização dos canais de comercialização, mas também uma adaptação dos assentados às novas formas de interação econômica e social (Maciel *et al.*, 2022).

Os dados apresentados revelam que a digitalização não é apenas uma tendência, mas uma realidade consolidada para a maioria das unidades produtivas do assentamento (Tabela 22)



A maior parte das famílias (46 unidades) reconhece que o uso de tecnologias de comunicação contribuiu decisivamente para a aproximação com os clientes e para o aumento do volume de vendas. Este dado sugere que ferramentas como o *WhatsApp* e redes sociais tornaram-se canais oficiais de negociação, pedidos e divulgação da produção local.

Um grupo de 13 famílias declarou não perceber contribuição das TICs em suas atividades. Este índice pode estar associado a produtores com idade mais avançada, dificuldades de conectividade em áreas remotas do assentamento ou perfil de produção voltado exclusivamente ao autoconsumo.

Tabela 22. Impacto das TICs na aproximação com consumidores e na expansão das vendas.

Contribuiu para a aproximação e vendas	75%
Não contribuiu significativamente	21%
Não soube responder	4%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O uso de tecnologias digitais, como redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de venda online, relatado por 75% dos entrevistados como ferramenta para aproximação com consumidores e expansão das vendas. Os assentados que utilizam TICs destacaram benefícios como maior visibilidade dos produtos, comunicação direta com compradores e acesso a novos mercados.

Essa tendência aponta para a crescente importância da inclusão digital no meio rural, especialmente como estratégia de comercialização e valorização da produção familiar. A adoção das TICs também está associada à autonomia dos produtores e à capacidade de inovar nas formas de relacionamento com o mercado. Este cenário abre caminho para futuras capacitações em "Marketing Digital Rural" e "Gestão de *E-commerce*", potencializando ainda mais a autonomia financeira conquistada com a titulação da terra (Maciel *et al.*, 2024).



3.6 Qualidade de vida: *habitat*, Saneamento e padrão de consumo

Neste tópico, a pesquisa buscou avaliar as condições de moradia das famílias assentadas, considerando aspectos como o tipo de habitação, o acesso a banheiro e a disponibilidade de água. A qualidade da casa, seja de alvenaria, madeira ou mista, revela o nível de infraestrutura alcançado nos assentamentos.

Da mesma forma, a existência de banheiro adequado, interno ou externo, e o acesso à água potável, seja por rede encanada, poço ou outras fontes, são fatores que impactam diretamente a saúde, a dignidade e a vida cotidiana (Bertolini, Carneiro, 2007)

Esses elementos se mostram fundamentais para a plena concretização da política pública da Reforma Agrária, pois vão além do simples acesso à terra, garantindo condições básicas para que as famílias possam viver e produzir de forma sustentável.

A titulação da terra frequentemente atua como um gatilho para a consolidação do patrimônio construído, uma vez que a segurança jurídica da posse reduz o risco percebido de investimentos em bens imóveis. No entanto, o volume de intervenções físicas nas residências após a entrega dos títulos é influenciado pela maturidade prévia das construções e pela disponibilidade de capital das famílias.

Apenas 13% das famílias realizaram reformas ou ampliações em suas casas após a titulação, enquanto 87% não promoveram alterações estruturais (Tabela 23).

Tabela 23. Reformas ou ampliações realizadas		
Sim		13%
Não		87%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O baixo percentual de novas obras residenciais reflete um cenário onde o investimento em moradia parece ter atingido um platô de estabilidade. Dado que a construção/melhoria da casa foi citada como a principal benfeitoria geral (46%), conclui-se que boa parte desses investimentos ocorreu de forma concomitante ou imediatamente anterior à regularização. A atual taxa de 13% indica uma transição da



fase de construção pesada para uma fase de manutenção patrimonial, possivelmente limitada pela baixa contratação de crédito de investimento observada no assentamento.

A capacidade de investimento em infraestrutura residencial está intrinsecamente ligada à origem do capital utilizado pelas famílias. Em assentamentos de reforma agrária, a dependência de recursos próprios ou o acesso a subsídios governamentais define a velocidade e a escala da consolidação patrimonial. Entre as que reformaram, a grande maioria (87%) utilizou recursos próprios, e somente 13% acessaram financiamento de programas governamentais (Tabela 24).

Entre o grupo de famílias que realizou intervenções estruturais nas residências pós-titulação, observa-se uma dependência quase absoluta de recursos internos, com baixa incidência de suporte financeiro externo.

Tabela 24. Fonte dos recursos para a reforma

Financiamento de programa de governo	13%
Recursos próprios	87%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O índice de 87% de autofinanciamento reforça o comportamento de cautela financeira identificado anteriormente na seção de Crédito (onde 82% das famílias declararam não buscar empréstimos). Embora a titulação confira segurança para investir, a falta de linhas de crédito habitacional acessíveis ou o medo do endividamento faz com que as melhorias ocorram de forma gradual e limitada à liquidez imediata das famílias. Esse cenário aponta para uma lacuna nas políticas de fomento habitacional que poderiam acelerar a qualificação das moradias no assentamento.

A tipologia das moradias refere-se aos materiais predominantes utilizados na construção das residências das famílias assentadas, sendo um indicativo do nível de infraestrutura habitacional alcançado no assentamento.

Esse fator é relevante porque a qualidade da casa representa não apenas segurança física para a família, mas também a efetivação do direito à moradia digna



e a materialização da segurança proporcionada pela titulação da terra, que incentiva o investimento em moradias permanentes.

A tipologia das moradias no assentamento aponta para um estágio avançado de consolidação estrutural, com uma clara predominância de materiais de alta durabilidade (Tabela 25).

A maioria das residências é construída em alvenaria. Este índice demonstra um padrão habitacional consolidado e permanente, indicando que as famílias priorizaram a durabilidade e o conforto térmico e estrutural. Uma parcela residual das moradias ainda utiliza a madeira como material principal, tipologia que costuma ser associada às fases iniciais de ocupação ou a construções de caráter provisório. E, o uso de componentes diversos representa a menor fração das residências pesquisadas.

Tabela 25. Materiais predominantes nas construções das residências

Alvenaria		93%
Madeira		5%
Misto II (lona e Madeira)		2%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O predomínio absoluto da alvenaria (93%) é um reflexo direto da eficácia das políticas de crédito habitacional vinculadas à Reforma Agrária e ao processo de titulação. A transição para moradias de alvenaria sinaliza que os assentados percebem a terra como um patrimônio definitivo, sentindo-se seguros para realizar investimentos de longo prazo. Este cenário contribui para a elevação da autoestima dos beneficiários e para a estabilidade social da comunidade, diferenciando o assentamento de situações de precariedade habitacional temporária.

Em particular, a modalidade Habitacional do programa Crédito Instalação do Incra permite que famílias beneficiárias utilizem recursos para aquisição de materiais de construção, contratação de projetos arquitetônicos e de engenharia, bem como de



mão-de-obra e serviços técnicos necessários para edificar ou melhorar suas moradias.²

3.6.1 Saneamento e condições sanitárias

As condições de saneamento estão diretamente ligadas à saúde e à dignidade dos assentados, uma vez que o acesso a banheiros adequados e instalações sanitárias apropriadas é elemento essencial para a qualidade de vida. Nesse ponto, a análise demonstra como a Reforma Agrária não se limita ao acesso à terra, mas deve ser acompanhada de condições mínimas de infraestrutura sanitária, essenciais para a plena inclusão social das famílias no campo.

O abastecimento de água é outro aspecto central, uma vez que o acesso regular e seguro à água potável constitui elemento fundamental tanto para o consumo humano quanto para as atividades produtivas. No âmbito da Reforma Agrária, a garantia de água regular e de qualidade representa condição fundamental para a permanência das famílias na terra e para a sustentabilidade dos assentamentos.

A origem da água consumida é predominantemente subterrânea, garantindo, em tese, maior proteção contra contaminantes superficiais. O poço coletivo é a principal fonte de abastecimento, evidenciando a importância de sistemas comunitários de gestão de água e o papel de infraestruturas coletivas no assentamento (Tabela 26).

Uma parcela relevante das famílias (20%) investiu em soluções autônomas de captação, garantindo independência hídrica. E, o uso de fontes superficiais é marginal, sendo a alternativa menos expressiva entre os entrevistados.

Tabela 26. Abastecimento/origem majoritária da água		
Poço individual		20%
Poço coletivo		79%
Captação de nascentes/rios		1%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

² BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Crédito Instalação**. Brasília, 28 jan. 2020. Atualizado em 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/credito>. Acesso em: 23 set. 2025.



Os dados demonstram um cenário de pleno atendimento no que tange à infraestrutura de distribuição interna de água no assentamento.

Os dados demonstram um cenário de pleno atendimento no que tange à infraestrutura de distribuição interna de água no assentamento. Observa-se a universalização do acesso, com 100% das famílias dispondo de canalização de água em ao menos um cômodo da residência. Este índice é um indicador de desenvolvimento humano significativo, eliminando a precariedade do transporte manual de água para uso doméstico (Tabela 27).

Tabela 27. Canalização de água para uso na moradia		
Sim, em pelo menos um dos cômodos da casa		100%
Sim, somente no terreno		0%
Não		0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O diagnóstico das condições de saneamento no assentamento revela indicadores de excelência no que tange às instalações de higiene pessoal das unidades familiares. A quase totalidade das famílias possui banheiros equipados com todos os componentes essenciais (vaso sanitário, pia e chuveiro). Este índice demonstra uma infraestrutura sanitária robusta e consolidada (Tabela 28).

Apesar das limitações de crédito, o assentamento apresenta um estágio avançado de consolidação socioestrutural, caracterizado pela virtual universalização do acesso a serviços essenciais. Indicadores fundamentais atestam a superação da precariedade sanitária histórica no campo: *i)* abastecimento de água: 100% das unidades possuem água canalizada; *ii)* saneamento básico: somente uma residência não apresenta banheiro completo.

Tabela 28. Situação do banheiro e/ou sanitário da casa		
Banheiro completo (local de banho, vaso sanitário e pia)		98%
Banheiro semi-completo (vaso sanitário e pia)		2%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)



Apenas uma parcela marginal dos entrevistados (2%) dispõe de instalações parciais, indicando casos isolados que ainda demandam complementação estrutural.

Este quadro evidencia avanços significativos na infraestrutura básica do assentamento. A cobertura de 98% de banheiros completos é fundamental para a prevenção de doenças hídricas e parasitárias, garantindo padrões de higiene condizentes com a dignidade da pessoa humana. Além disso, a presença de saneamento adequado é um fator que corrobora a fixação da família no campo, uma vez que a residência rural passa a oferecer condições de habitabilidade equivalentes ou superiores às áreas urbanas periféricas.

Os dados indicam que a estrutura de captação de água no assentamento apresenta um caráter de estabilidade, com poucas alterações registradas após a emissão dos títulos de propriedade. A ampla maioria dos assentados (90%) não realizou mudanças na forma de captação de água após a titulação (Tabela 29).

Este dado sugere que o modelo de abastecimento - majoritariamente baseado em poços coletivos e individuais - já se encontrava consolidado e atendia satisfatoriamente às demandas domésticas antes da regularização formal.

Tabela 29. Mudança na captação de água

Sim		10%
Não		90%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A baixa taxa de modificação hídrica pós-titulação reforça a percepção de que a infraestrutura de água é um dos elementos de instalação primária mais resilientes do assentamento

O assentamento apresenta um estágio avançado de consolidação socioestrutural, caracterizado pela universalização do acesso à água canalizada (quase 100%) e ao saneamento básico (98% com banheiro completo), além de uma infraestrutura habitacional sólida, com 93% das residências construídas em alvenaria. No entanto, o desenvolvimento econômico pós-titulação enfrenta um platô de estabilidade: embora a segurança jurídica tenha incentivado investimentos no patrimônio físico, a maioria das reformas recentes (87%) foi executada com recursos



próprios, evidenciando uma baixa capilaridade de crédito habitacional externo e uma tendência à manutenção dos sistemas hídricos e estruturais já estabelecidos em fases anteriores.

3.6.2 Padrão de consumo: bens, serviços e alimentos

Neste tópico, a pesquisa buscou avaliar a aquisição de bens e serviços após a titulação, entendida como um importante indicador de melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas. A possibilidade de acesso a eletrodomésticos, veículos, equipamentos agrícolas e até mesmo serviços de saúde e educação privados reflete o fortalecimento da segurança econômica e social dos beneficiários.

Esse processo evidencia que a titulação não apenas consolida a posse da terra, mas também amplia a capacidade de consumo e de investimento das famílias, promovendo inclusão e estabilidade. Dessa forma, a aquisição de bens e serviços se apresenta como um resultado concreto da Reforma Agrária pela via da titulação, demonstrando avanços na efetiva transformação das condições de vida no campo.

A aquisição de bens duráveis e veículos é um dos indicadores mais sensíveis para mensurar a evolução do poder de compra e a melhoria da qualidade de vida em comunidades rurais. Para além do consumo básico, a capacidade de adquirir ativos reflete o fortalecimento da segurança econômica e a consolidação patrimonial das famílias após a regularização fundiária.

Os indicadores de consumo e investimento em bens móveis revelam um cenário de baixa liquidez ou priorização de outros gastos (como as melhorias habitacionais já analisadas) no período subsequente à entrega dos títulos (Tabela 30).

Tabela 30. Aquisição de bens e serviços		
Sim		20%
Não		80%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O elevado percentual de famílias que não adquiriram novos bens ou serviços após a titulação pode estar relacionado a diferentes fatores. De um lado, pode indicar

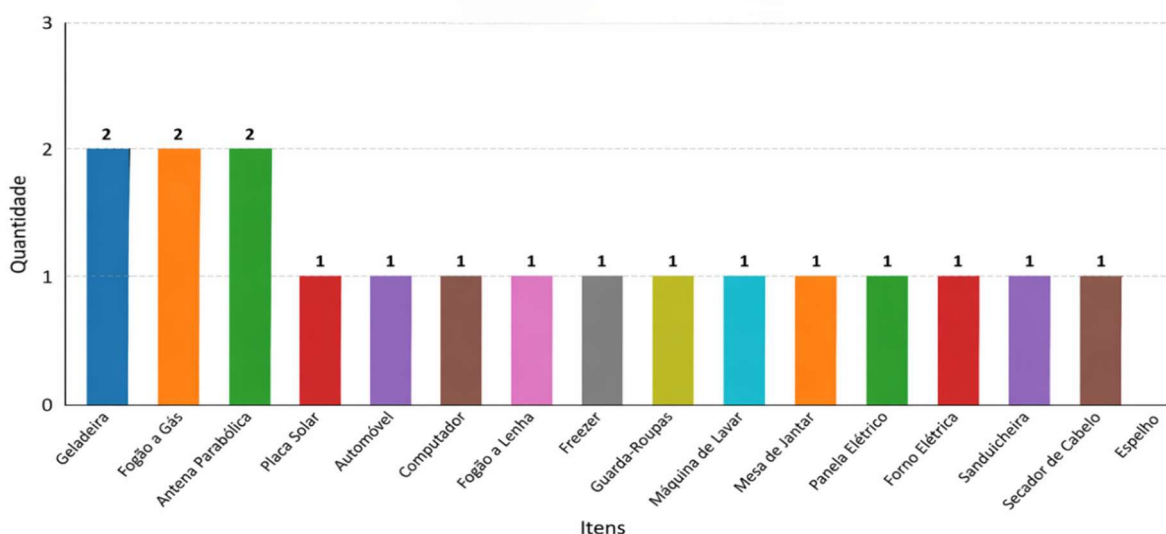


a baixa ascensão dos ganhos econômicos das famílias assentadas, revelando que a titulação, embora importante, não foi suficiente para gerar excedente financeiro capaz de viabilizar novos investimentos ou consumo. De outro lado, a ausência de aquisição pode decorrer da percepção de desnecessidade de compra por parte das famílias, seja porque já possuíam os bens essenciais antes da titulação, seja por priorizarem outras formas de aplicação de seus recursos, como manutenção da produção agrícola ou atendimento de necessidades imediatas não ligadas ao consumo de bens duráveis.

Nesse sentido, os dados sugerem que a titulação, ainda que represente um marco jurídico e social fundamental, necessita de articulação com políticas complementares de fortalecimento da renda e do consumo, a fim de potencializar seus efeitos sobre a qualidade de vida das famílias beneficiárias.

A diversificação dos bens adquiridos após a titulação fornece um panorama sobre as prioridades de consumo e o nível de modernização do cotidiano doméstico no assentamento. A diversidade de bens identificados reflete o fenômeno da acumulação patrimonial gradativa. A coexistência de itens tradicionais (Fogão a Lenha) com tecnologias modernas (placa solar e computador) evidencia um perfil de consumo híbrido, característico de territórios em processo de consolidação socioeconômica (Figura 13).

Figura 13. Bens de consumo adquiridos



Fonte: Dados da pesquisa (2025)



Após a regularização fundiária, 20% dos entrevistados relataram a aquisição de bens duráveis, como eletrodomésticos, veículos e equipamentos agrícolas. Esse dado sugere que não houve impacto na capacidade de consumo e investimento das famílias, associado à maior segurança jurídica, acesso ao crédito e confiança no futuro da propriedade. A baixa aquisição desses bens também reflete poucas melhorias nas condições de vida e mostra baixo potencial produtivo das unidades familiares.

A segurança alimentar e nutricional constitui um dos indicadores mais sensíveis da consolidação de um assentamento de reforma agrária. Mais do que a simples disponibilidade de alimentos, ela reflete a capacidade de autonomia e a estabilidade socioeconômica das famílias frente aos novos ciclos produtivos.

Os dados a seguir revelam a percepção dos assentados sobre a superação da fome e a conquista da soberania alimentar a partir da segurança jurídica de seus lotes.

A análise da segurança alimentar e nutricional (SAN) no assentamento, revela um cenário de percepções em construção. Entre os assentados que manifestaram uma posição clara, a percepção de melhoria é amplamente positiva: 39% dos respondentes atestam que a regularização fundiária e o incremento da renda resultaram em uma diminuição efetiva da fome e da insegurança alimentar (Tabela 31).

Tabela 31. Percepção sobre o impacto da regularização fundiária e da renda na insegurança alimentar.

Sim, houve diminuição da fome e insegurança alimentar e nutricional	39%
Não houve diminuição da fome e insegurança alimentar e nutricional	3%
Não sei responder	58%

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em contrapartida, a baixa incidência de respostas negativas (3%) sugere que o processo de regularização não agravou a situação pré-existente. Entretanto, o fato de 58% da amostra não saber precisar esse impacto indica que a percepção de segurança alimentar é um fenômeno de maturação lenta, possivelmente condicionado a outros fatores de bem-estar que transcendem a posse da terra e a renda imediata."



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados obtidos no Assentamento Aimoré permite concluir que a regularização fundiária e a entrega dos títulos de propriedade representam um marco de dignidade e estabilidade para as famílias assentadas, embora não constituam, isoladamente, a solução definitiva para os desafios da agricultura familiar. O estudo evidencia que o título de terra funciona como um divisor de águas na dimensão jurídica e subjetiva, mas sua conversão em dinamismo econômico e produtividade em larga escala ainda esbarra em gargalos estruturais históricos.

O assentamento apresenta um estágio de excelência em infraestrutura básica. A universalização do acesso à água tratada, o saneamento completo e a totalidade das moradias construídas em alvenaria (100%) demonstram que as condições de habitabilidade foram garantidas. A segurança jurídica foi o catalisador para que as famílias percebessem o lote como um patrimônio duradouro, resultando em um forte sentimento de confiança para 64,3% dos beneficiários.

No campo social, o estudo acende um alerta sobre o envelhecimento populacional e a crise de sucessão geracional, com 68% da força de trabalho em idade madura e apenas 3% de jovens adultos (26-35 anos). Somado a isso, a matriz ocupacional revela um perfil híbrido: mais da metade da população (52%) possui vínculos laborais externos, indicando que a terra, para muitos, cumpre hoje uma função mais de moradia e segurança alimentar do que de exploração econômica exclusiva.

A pesquisa identificou um "platô de estabilidade" produtivo. Apesar da motivação gerada pela titulação, a expansão das áreas de cultivo é mínima (78,6% não ampliaram a produção). Esse cenário é reflexo direto de um baixo nível tecnológico, marcado pela dependência da tração animal e do trabalho braçal. A falta de mecanização motorizada e de capital de giro impede que 16,56% da área total (hoje ociosa) seja incorporada à produção, limitando o desenvolvimento econômico das famílias à sua capacidade de esforço físico imediato.

Um dos achados mais extraordinários do trabalho é o compromisso ambiental: 100% dos produtores não utilizam agrotóxicos e 93% realizam ações conscientes de



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



preservação de recursos naturais. Este dado, somado ao crescente protagonismo feminino (percebido por 43% das famílias), indica que o assentamento caminha para um modelo de desenvolvimento sustentável e socialmente justo, onde a mulher rural assume papel estratégico na gestão e na verticalização da produção (57% de capacitação em beneficiamento de alimentos).

Por fim, constata-se que a autonomia financeira ainda é limitada. O alto índice de autofinanciamento (86%) e a baixa busca por crédito (71%) revelam tanto uma cautela contra o endividamento quanto a dificuldade de acesso a linhas de fomento adequadas. A assistência técnica (ATER), embora eficiente via AGRAER e SENAR, ainda não atinge metade dos assentados (50%), deixando uma lacuna crítica em áreas como gestão e comercialização.

O assentamento apresenta sinais importantes de consolidação habitacional, uso produtivo da terra, sensibilidade ambiental e adoção de tecnologias digitais. Entretanto, permanecem desafios expressivos: envelhecimento da população, baixa mecanização, reduzido acesso ao crédito, cobertura incompleta de ATER, frágil valorização dos produtos e participação ainda limitada em redes de cooperação. Esses pontos indicam que a fase pós-titulação deve ser acompanhada por políticas públicas continuadas, capazes de transformar segurança jurídica em desenvolvimento rural sustentável.



Referências bibliográficas

- ARAÚJO, J. A.; ALENCAR, M. O. de; VIEIRA FILHO, J. E. R. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 2009-2034, 2020. ISSN 1982-6745. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.14470>.
- BERTOLINI, V. A., CARNEIRO, F. F. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. In *Revista Libertas*, Juiz de Fora, edição especial, p. 202 - 226, Fev., 2007.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Reforma agrária no Brasil: políticas, desafios e perspectivas**. Brasília: INCRA, 2020.
- BRITO, A. P.; LEITE, M. L. S.; CHACON, S. S.. Gênero e soberania alimentar: reflexões acerca da atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Conexão Política**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 77–95, 2024. DOI: 10.26694/2317-3254.rcp.v10i2.5356. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5356>
- CASSOL, A.; SCHNEIDER, S.; DEGGERONE, Z. A. Sociologia dos mercados alimentares: revisão e contribuições teóricas e metodológicas recentes. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v.29, 2024. ISSN 1982-6745.
- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.
- CRUZ, N. B. da., JESUS, J. G. de., BACHA, C. J. C., COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p. e226850, 2021
- CUNHA, J. I. C.; SCHNEIDER, S. TICs, digitalização e comercialização em rede: O caso da rede Xique-Xique/RN. In: Niederle, P., Schneider, S.; CASSOL, A. (Orgs.). **Mercados Alimentares Digitais: Inclusão produtiva, cooperativas e políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2021.
- FERNANDES, B. M. **A formação do campesinato no Brasil: lições para a reforma agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 36–50, 2018. DOI: 10.37370/raizes.2018.v38.37.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>



JESUS, J.G.; BACHA, C.J.C. Programas de inclusão produtiva e rendimento na agricultura brasileira: o caso dos trabalhadores por conta própria. **Revista Econômica do Nordeste**, v.49, p.97-111, 2018.

KREMEN, C.; MERENLENDER, A.M. Landscapes that work for biodiversity and people. **Science**, v. 362.n. 6412.p. eaau 6020, 2018.

MACIEL, M. D. A.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. de. Da mobilização dos mercados digitais ao fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização: a estratégia de reprodução social da agricultura familiar agroecológica em Santana do Livramento-RS (Brasil).

Contextualizaciones Latinoamericanas. v. 1, n. 30, p.71-81, 2024.

NASCIMENTO, C.A.; AQUINO, J.R.; DEL GROSSI, M.E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.60, e240128, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSFORMAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES RURAIS. 01/04/2026. **Instituto Fome Zero**. Disponível em: <https://ifz.org.br/o-papel-das-politicas-publicas-na-transformacao-da-vida-das-mulheres-rurais/>

PITALUGA, C. M.; FIGUEREDO, L. F. N. POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO ACESSO AOS MERCADOS ALIMENTARES NO ASSENTAMENTO ESTRELA, MS, BRASIL. In: **XI Congresso Internacional APDEA 2025** A Agricultura no centro da Sustentabilidade: Ciência versus Demagogia. 22-24 OUTUBRO, NOVA MEDICAL SCHOOL, LISBOA, PORTUGAL. Disponível em: <https://events.inia.vpt/APDEA2025/media/attachments/2025/10/20/programa-final.pdf>

PITALUGA, C. M.; LE BOURLEGAT, C. A.; Abastecimento Alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. **Revista Retratos de Assentamentos**. Vol. 25 N.1 de 2022 ISSN: 1516-8182. DOI 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25il.494

PITALUGA, C. M.; KUFF, R. F.; NASCIMENTO, R. S. do. ABASTECIMENTO E MERCADOS ALIMENTARES: ACESSO, DINÂMICAS E CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS ASSENTAMENTOS DE BONITO, MS, BRASIL... In: Anais do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...Passo Fundo (RS) UPF**, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2025/1103043>

RIBEIRO, N. L. S.; SANTOS, L. de L.; GRACIANO, M. C.; THOMSON, C. R.; BORSATTO, R. S. Os desafios da implementação de projetos de desenvolvimento sustentável no território rural Vale do Ribeira – SP. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 105–124, 2021. DOI: 10.19177/rgsa.v10e22021105-124

SABOURIN, E., SCHNEIDER, S., LOZANO, Y. A. G., GOULET, F., GRISA, C., VISCAY, L., SOURISSEAU, J.-M. (2025, June 23). **A importância estratégica da Agricultura Familiar para alimentar o mundo e preservar o planeta**. Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/a-importancia-estrategica-da-agricultura-familiar-para-alimentar-o-mundo-e-preservar-o-planeta/>



SAUNDERS M.; LEWIS P.; THORNHILL A. **Métodos de pesquisa para estudantes de administração**. Oitava edição. Londres: Pearson. 2019.

SCHLING, PAZOS, N. Effective land ownership, female empowerment, and food security: evidence from Peru. **World Development**, v. 181, p. 106680, set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106680>.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93–140. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/309202008>

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.A.; MATTEI, L. histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v.30, p.12-41, 2021.

SILVA, A. C. A.; BARDEN, J. E. Influência da Reforma Agrária Assistida pelo Mercado no desenvolvimento dos beneficiários: uma análise a partir da abordagem das capacitações. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 9, n. 3, p. 320–332, 2018. DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2018.003.0025

SILVA, M. J. da; KHAN, A. S.; COSTA, E. M.; AMORIM, D. I. M.; TABOSA, F. J. S. O impacto das tecnologias sociais sobre a geração de emprego e renda e a sustentabilidade ambiental do pequeno agricultor do semiárido cearense. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, v. 57, p. 65-94, jan./mar. 2021

USHIZIMA, L. Y. Circuitos locais de produção e consumo de alimentos: um olhar sobre o trade turístico de Bonito, MS. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 1, 22 jun. 2018.